

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 236 • Novembro de 88 • Cz\$ 300,00



ESPECIAL

O julgamento de Berlim

DÍVIDA EXTERNA — MEIO AMBIENTE — POVOS INDÍGENAS

Revista Mensal do CEDI

Novembro 88

CEDI Centro Ecológico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37892 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa de Souza Martins
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente e

Jornalista Responsável
Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Secretário de Redação e

Editor de Arte
Flávio Irala

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Digitação

Alfredo Salvador Vieira Coelho

Revisão

Rosana de Lima Soares

Capa

Luiz Rodolfo Trimano

Fotolito, Impressão e Acabamento

Gráfica Pirâmide

Participaram da edição deste número Ricardo Arnt (texto) e Carlos Alberto Ricardo (fotos)

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 300,00
Assinatura anual
Cz\$ 3.000,00
Assinatura de apoio
Cz\$ 4.000,00

Cartas

Agradeço-lhe a iniciativa de convidar-me a continuar como assinante desta utilíssima revista e pelo envio do número de junho/88 que está, de fato, empolgante.

Lamentei inicialmente que vocês tenham suspenso o envio das revistas com tanta rapidez após seu vencimento, pois, quando fui informado deste, eu já não estava recebendo a mesma. A sorte é que vários colegas meus são assinantes e, benevolmente, fazem cópias de artigos mais expressivos que, aliás, são sempre matéria de nosso estudo e reflexão.

Na oportunidade reafirmo a disposição de renovar minha assinatura. Com votos de que vocês continuem este trabalho missionário, contribuindo efetivamente na formação de uma consciência cada vez mais crítica, com vistas à construção do Reino de Deus aqui e agora, subscrevo-me fraternalmente em Cristo.

Napoleão Reis
Ipatinga, MG

Peço desculpas pelo atraso na renovação das assinaturas de *Tempo e Presença* e *Aconteceu*. Suas publicações têm sido muito importantes para mim.

Em Sorocaba, o pastor Valter, capelão da ACM, iniciou um trabalho reunindo padres e pastores. Sou padre casado e professor de Introdução à Teologia, Metodologia e Filosofia. Os temas tratados e as informações de suas publicações são preciosíssimas.

Jayme R. Almeida Filho
Sorocaba, SP

Em nosso pequeno e quase desconhecido município, vemos exploração, crianças subnutridas, trabalhadores e líderes comunitários ameaçados por defenderem seus direitos à terra, invasão de atravessadores e muita omissão da Igreja da arquidiocese de Diamantina. Temos um bispo bastante calado, além de padres que têm por opção preferencial o apoio aos opressores deste povo.

Queríamos ver esta Igreja denunciando e tomando um posicionamento de total apoio àqueles que aqui são injustiçados. Especialmente os trabalhadores rurais que, em muitos lugares, recebem uma migalha de duzentos cruzados por um massante dia de trabalho. Iriamos longe citando outras situações que comprovam o estado deplorável em que os trabalhadores se encontram.

Se a nossa Igreja não se posiciona, nós, leigos, nos sentimos na obrigação de fazê-lo, através de *Tempo e Presença*. Aqui temos as CEBs, onde procuramos conscientizar o trabalhador quanto a importância do entendimento de seus direitos e o dever de lutar para fazê-los realidade e permanência em nosso meio.

Mantemos cursos mensais, objetivando a orientação e preparação pastoral e política das lideranças, que criaram este ano o seu sindicato, instrumento fundamental para o reconhecimento de seus direitos. Enfrentaram adversários de seus ideais e, no entanto, provaram ser fortes com

uma vitória no início da pesada luta: a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador Modestino Gonçalves. Começo de lutas, ensaios para o grande empreendimento de mudar o nosso Brasil. Empreendimento gratificante.

A esperança é o forte dos leigos, na sua maioria pessoas da roça, que atuam juntos, tendo o Evangelho como instrução de vida e Cristo como Pastor e amigo, companheiro de luta.

O próximo passo será a atuação na política local que já começa a se realizar. Estamos nos preparando, apesar das dificuldades, para criar o Partido dos Trabalhadores neste município. Preparar para bem atuar. A nossa voz não se calará. Jamais.

Leonardo Aparecido Soares
Sen. Modestino Gonçalves, MG

Nota — Na edição n.º 235 (outubro/88), deixamos de publicar o crédito das fotos das páginas 8 e 14, que são de Manfredo Pereira Caldas e Peter Williams, respectivamente.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

MOVIMENTO OPERÁRIO

Italianos e movimento operário no Brasil	Cz\$ 1.420,00
História dos metalúrgicos de S. Caetano	Cz\$ 1.900,00
Trabalhadores urbanos 80	Cz\$ 590,00
Trabalhadores urbanos 81	Cz\$ 590,00
Trabalhadores urbanos 82/84	Cz\$ 2.080,00
Imagens da luta	Cz\$ 12.180,00
Revista Apoio - Os trabalhadores na indústria bélica	Cz\$ 300,00

CADERNOS DO CEDI

Nº 8 — Igreja/Desenvolvimento/Particip. Popular	Cz\$ 546,00
Nº 12 — VI Assembléia do CMI	Cz\$ 1.040,00
Nº 13 — Alfabetização e primeiras contas	Cz\$ 728,00
Nº 14 — Canavieiros em greve	Cz\$ 728,00
Nº 15 — O caminho da escola	Cz\$ 728,00
Nº 16 — Periferia — desafio à unidade	Cz\$ 728,00
Nº 17 — Unidade e Prática da Fé	Cz\$ 780,00
Nº 18 — Onze de abril: o dia da audácia	Cz\$ 780,00

Atenção!

Preços válidos até 31/12/88

Índice

Eventos de Berlim

- 4 NOVO INTERNACIONALISMO
Luiz Augusto Ramalho

- 7 A DANÇA DO CONGRESSO
Michael Schwartzkopff

Ecologia

- 12 UMA REDE AMBIENTALISTA MUNDIAL
Ricardo Arnt

- 15 UM HOLOCAUSTO BIOLÓGICO
José Lutzemberger

- 20 AMAZÔNIA: UM ALERTA MUNDIAL

- 22 PRESSÃO SOBRE O GOVERNO
BRASILEIRO
Stephen Schwartzman

- 24 A MEIA DÚZIA SUJA
Ricardo Arnt

- 28 MORATÓRIA PARA O MEIO AMBIENTE

Contracongresso

- 30 A DESORDEM ECONÔMICA
INTERNACIONAL

Tribunal dos povos

- 32 TRIBUNAL DA DIGNIDADE

- 34 JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DO
CAVALEIRO DOM DINHEIRO
Eduardo Galeano

- 38 FMI E BANCO MUNDIAL CONDENADOS

Ecumenismo

- 39 DÍVIDA EXTERNA: O PAPEL DOS
CRISTÃOS

América Latina

- 43 AMÉRICA CENTRAL: ROMPER O CERCO
Xabier Gorostiaga

Bíblia hoje

- 47 JUSTIÇA E JUSTIFICAÇÃO: A DÍVIDA
EXTERNA NA AMÉRICA LATINA
Elsa Tamez

Livros

- 51 CAMPANHA XINGU

Movimento mundial de solidariedade

O mundo presenciou, em Berlim, nos últimos meses de agosto e setembro, o ressurgimento do espírito internacional de solidariedade e amizade entre os povos. A chama animadora de tal movimento foi um basta à política econômica internacional, responsável pela crescente pobreza dos países do Terceiro Mundo. A explosão desse sentimento internacionalista pela justiça e pela paz manifestou-se no protesto contra a reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Não era mais possível continuar em silêncio quando, depois de quarenta anos de aplicação da política desses organismos financeiros, a fome, a desnutrição, a morte, a dependência tiveram acréscimo alarmante e escandaloso na maioria dos povos do mundo. E essa unidade de vozes, de pessoas, nações e instituições tão variadas, ecoou firme em Berlim.

A organização dos eventos paralelos às reuniões do Banco Mundial e do FMI foi iniciativa de entidades de vários países. Admirável exemplo de que se podem derrubar muros quando a motivação maior tem a força de ultrapassar visões e objetivos particulares. Nesse momento dramático do mundo — quando vidas são destruídas, povos são aviltados e a natureza está sendo devastada — a luta pela plena dignidade de vida, em todas as suas dimensões, era o mote aglutinador de muitos.

Em agosto, as igrejas tinham realizado um fórum ecumênico para debater a situação econômica e política do mundo. Teólogos, biblistas, clérigos e leigos de países pobres e ricos debateram, com assessores, inclusive do Banco Mundial, a gravíssima crise que atravessamos. O testemunho das igrejas dos países pobres abalou a posição de muitos. Sob todos os pontos de vista — ético, teológico, bíblico, político — era impossível não se erguer um brado de indignação contra tanta injustiça.

Os grupos participantes de movimentos de preservação do meio ambiente

organizaram também uma conferência sobre "Banco Mundial, Meio Ambiente e Povos Indígenas". Cerca de quinhentas pessoas estudaram a questão, ouviram depoimentos e condenaram o crime, em escalada inacreditável, contra a natureza e contra os povos indígenas. A situação da Amazônia escandalizou o mundo.

A mobilização, entretanto, era ainda mais ampla. Um contracongresso foi convocado para estudar a ordem econômica internacional. Reuniu 4 mil participantes — sindicalistas, economistas, políticos etc. — que aprofundaram o estudo das propostas do Banco Mundial e do FMI e demonstraram, inequivocamente, a falácia de suas políticas de reajustes. A sessão do Tribunal Permanente dos Povos fez o julgamento desses organismos financeiros internacionais. Houve depoimentos de vítimas, discursos de indignação e dor, e, no final, o histórico veredito condenatório.

As manifestações de rua foram elementos significativos. Sob forte repressão policial, milhares de pessoas clamaram contra essa situação de injustiça. Uniram-se no protesto contra a morte, a destruição da natureza, a cumplicidade dos governos e o silêncio de muitos. Impressionava, sobretudo, a participação da juventude. Corajosa, criativa, ousada, enfrentava a violência com destemor e determinação.

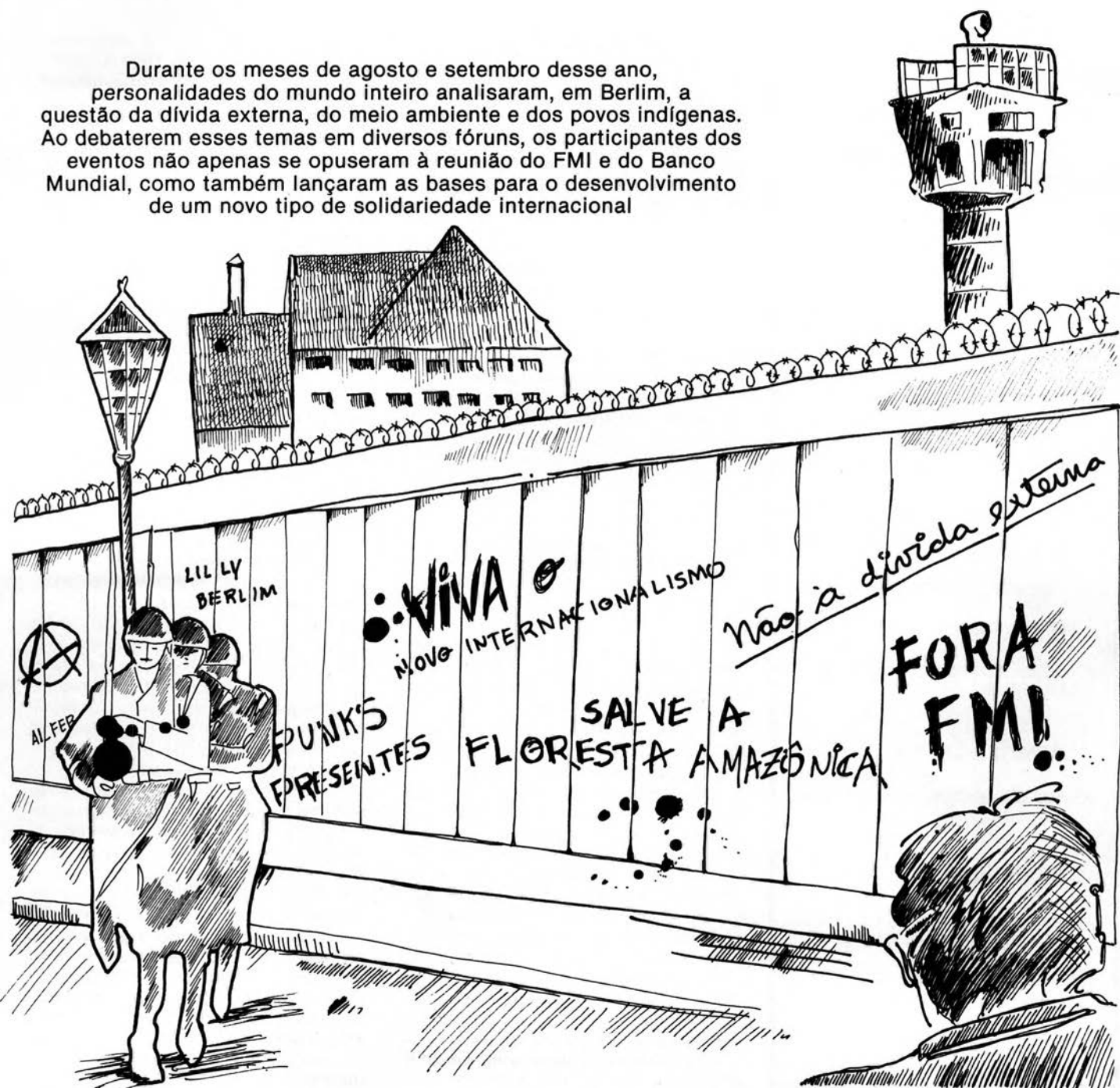
A atmosfera dos eventos foi de esperança e de colaboração. Ressuscitava, com força e pureza, o verdadeiro espírito internacionalista. A opinião pública européia foi sacudida por esse vento. As repercussões desses momentos não podem se esgotar em si. Devem frutificar noutros lugares e de muitas formas.

Tempo e Presença realizou um esforço especial de cobertura do ciclo de eventos de Berlim, articulando vários colaboradores. Com esta edição especial — e por que não dizer, histórica — reafirmamos nosso compromisso ecumênico de somar forças com todos os que lutam pela dignidade da vida no mundo de hoje.

NOVO INTERNACIONALISMO

Luiz Augusto Ramalho

Durante os meses de agosto e setembro desse ano, personalidades do mundo inteiro analisaram, em Berlim, a questão da dívida externa, do meio ambiente e dos povos indígenas. Ao debaterem esses temas em diversos fóruns, os participantes dos eventos não apenas se opuseram à reunião do FMI e do Banco Mundial, como também lançaram as bases para o desenvolvimento de um novo tipo de solidariedade internacional



"Nunca tantos deveram tanto a tão poucos"
(Maurício Rosencof)

Não era esta a expectativa do governo da República Federal da Alemanha e da prefeitura de Berlim Ocidental quando se ofereceram, há três anos, para realizar a reunião anual (a 43ª) do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, de 22 a 29 de setembro de 1989. O espetáculo, repetido anualmente, das grandes negociações internacionais que pouco tangem os problemas estruturais do Terceiro Mundo, transformou-se numa vigorosa manifestação de protesto contra as estruturas de dominação e exploração econômica representadas por estas instituições. A "dança dos vampiros" (assim se denominou, em Berlim, o encontro dos 10 mil ministros, banqueiros, altos funcionários e seus respectivos guarda-costas) foi precedida e acompanhada, criticamente, pelos seguintes eventos:

- um encontro ecumênico sobre o endividamento do Terceiro Mundo, realizado em meados de agosto, reunindo grupos de leigos e teólogos para buscar um posicionamento oficial mais claro das Igrejas;

- um encontro internacional de grupos ecologistas e ambientalistas (de 22 a 24 de setembro) patrocinado pela Liga Alemã de Proteção à Natureza (*Deutscher Naturschutzbund*) e pela Federação Alemã de Proteção à Natureza (*Bund für Naturschutz Deutschland*), denunciando as consequências ecológicas da política do Banco Mundial e do FMI (sendo o caso da Amazônia brasileira o que mais chamou a atenção);

- um contracongresso, em 23 e 24 de setembro, com 4 mil participantes e vasta participação de convidados do Terceiro Mundo, fruto de um trabalho de preparação de mais de dois anos e seis encontros preliminares, patrocinado por mais de 120 organizações, desde a Juventude Católica Rural até o Partido Verde alemão, passando por grupos feministas, organizações não-governamentais de cooperação, escoteiros evangélicos, sindicatos etc;

- uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos, de 26 a 29 de setembro, patrocinada pela Fundação Lelio Basso, reunindo um júri composto por cientistas, religio-

O superendividamento do Terceiro Mundo exprime o amadurecimento de uma nova atitude internacionalista

sos e escritores, para ouvir "vítimas" e testemunhas dos crimes praticados através das políticas do FMI e do Banco Mundial;

- uma passeata internacionalista de 80 mil pessoas no dia 25 de setembro, e várias pequenas manifestações de rua nos dias 26 a 29 de setembro, culminando com uma passeata de grupos alternativos dissolvida pela polícia;

- vários eventos paralelos, como um fórum de discussão (dia 21), patrocinado pela Fundação Desenvolvimento e Paz (presidida por Willy Brandt); um encontro (dia 22) com o bispo Martin Kruse (Presidente do Conselho das Igrejas Evangélicas), o bispo-auxiliar católico Otto Riedel e o diretor geral do FMI, Michel Camdessus; uma mesa-redonda (dia 26), organizada pela central sindical alemã DGB (*Deutscher Gewerkschaftsbund*); e outros.

Esperança

A forte repercussão surpreendeu as autoridades oficiais que invadiram Berlim com tropas policiais vindas de outras cidades da Alemanha, criando um clima de tensão através de prisões arbitrárias (mais de setecentos presos), patrulhamento ostensivo e ações repressivas contra a imprensa. Mas os próprios grupos organizadores não esperavam a repercussão dos eventos, divulgados em larga escala pela grande imprensa, televisão e rádio européias. Mais do que isso: criou-se uma atmosfera quase de euforia, de esperança, lembrando velhas campanhas internacionalistas dos anos 60 e 70, como por exemplo o movimento de solidariedade com o Vietnã.

As discussões nesses congressos foram bastante controversas. Deve-se ou não cooperar com o Banco Mundial como defendem alguns grupos ecologistas, pressionando, através dele, governos nacionais pouco sensíveis a questões am-



Ricardo Arai



A repercussão dos eventos surpreendeu as autoridades que invadiram Berlim com tropas policiais de outras cidades

bientalistas? Por que não criar uma “condicionalidade ecológica” para o pagamento das dívidas? O FMI é reformável ou deve ser abolido? O não-pagamento das dívidas não seria um apoio indireto às elites corruptas do Terceiro Mundo? Apesar dessas questões, ficou claro que o FMI e o Banco Mundial são apenas organismos que exprimem estruturas de dependência e exploração econômica que permaneceriam intocadas mesmo no caso de uma moratória. Mas que a curto e médio prazo a dívida não pode e não deve ser paga. Testemunhos de vários países demonstraram a impossibilidade e ilegitimidade do pagamento da dívida e as consequências sociais e econômicas dos chamados planos de ajustamento.

Internacionalismo

Enquanto os congressos alternativos serviam de fórum para intensos debates e abriam espaços para uma coordenação internacional de atividades e a institucionalização de contatos (criou-se, por exemplo, uma rede internacional de grupos ecológicos), a reunião do FMI e do Banco Mundial pouca novidade trazia. O ministro Mailson da Nóbrega repudiou, como representante do “Grupo dos 24” — África, Ásia e América Latina — a proposta de não-pagamento da dívida lançada no contracongresso. Ele declarou que os países devedores “não querem confrontação e sim cooperação” com os países industrializados.

A forte mobilização em torno de uma questão tão complexa e, para a opinião pública européia, aparentemente abstrata e distante, como a da situação de superendividamento do Terceiro Mundo, exprime, sem dúvida, o amadurecimento de uma nova atitude internacionalista que acentua novas questões como as ecológicas e a da proteção de minorias étnicas. Ela quer dar a palavra aos atingidos diretos pelos malefícios de uma ordem econômica internacional prejudicial e nociva aos mais fracos. Os jovens punks, que se definem como antiimperialistas, procuraram frisar, com suas ações, a conexão entre o sistema econômico vigente nos países industrializados e a miséria e a fome causadas por esse mesmo sistema no Terceiro Mundo. Alguma esperança surge, também, em relação ao tradicional internacionalismo do movimento sindical. Depois de um longo período de abstinência, alguns sindicatos alemães participaram das manifestações à política do FMI e começam a ouvir com mais atenção as posições dos sindicatos do Terceiro Mundo.

E, finalmente, o encontro de representantes do Terceiro Mundo em Berlim pode servir para intensificar o intercâmbio de experiências nas lutas contra problemas semelhantes nos países subdesenvolvidos.

Não era esta a expectativa do governo alemão quando se propôs a convidar o FMI e o Banco Mundial para Berlim. Mas esse resultado, o fortalecimento de uma solidariedade entre os povos e o aprofundamento da reflexão sobre os problemas causados por injustas estruturas econômicas, servirá de fundamento para novas ações coordenadas entre os movimentos sociais nos países industrializados e no Terceiro Mundo.

Luiz Augusto Ramalho é formado em Sociologia pela Universidade de Berlim, Alemanha Ocidental.

"**P**ovos do mundo, olhem para esta cidade!". Com esta frase, pronunciada há quarenta anos, o ex-prefeito de Berlim Ocidental chamou a atenção da opinião pública mundial para esta cidade dividida, isolada do "Mundo Livre". Agora, por ocasião do congresso do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, um jornal diário de esquerda berlinense ironizou a presunção das autoridades com essa citação histórica.

A manutenção das aparências não foi uma tarefa fácil para os organizadores, pois paralelamente ao seu *status* político especial, com soberania limitada, Berlim Ocidental conta com um grande potencial de jovens descontentes. Desde os protestos estudantis dos anos 60 e do movimento de ocupação de casas dos anos 80, a cidade é considerada um bastião de protestos contra qualquer instituição estabelecida.

Um visitante desprevenido das atividades paralelas poderia acreditar que havia algo de surreal na seriedade da discussão sobre o desativamento da dívida-bomba. As notícias vindas do Centro de Convenções, onde o FMI e o Banco Mundial se reuniam hermeticamente isolados do mundo exterior, transmitiam uma outra atmosfera: imagens de ternos sob medida bebericando champagne, limousines Mercedes

A DANÇA DO CONGRESSO

Michael Schwartzkopff

com chofer e guarda-costas, comilanças discretas e discursos políticos vazios para um público de leitores de jornais. Tudo transmitindo a impressão de que as poderosas nações desenvolvidas chegaram a um consenso em prolongar seu *status quo* pelo máximo de tempo possível, e que os países em desenvolvimento, endividados, têm que reprimir seus sentimentos e entrar no jogo.

Turismo

A outra Berlim oferecia àqueles que não conheciam a cidade "passeios turísticos antiimperialistas" com ônibus especialmente fretados visitando empresas e instituições acusadas de explorar o Terceiro Mundo. Passava-se pela Siemens, que lucra com projetos

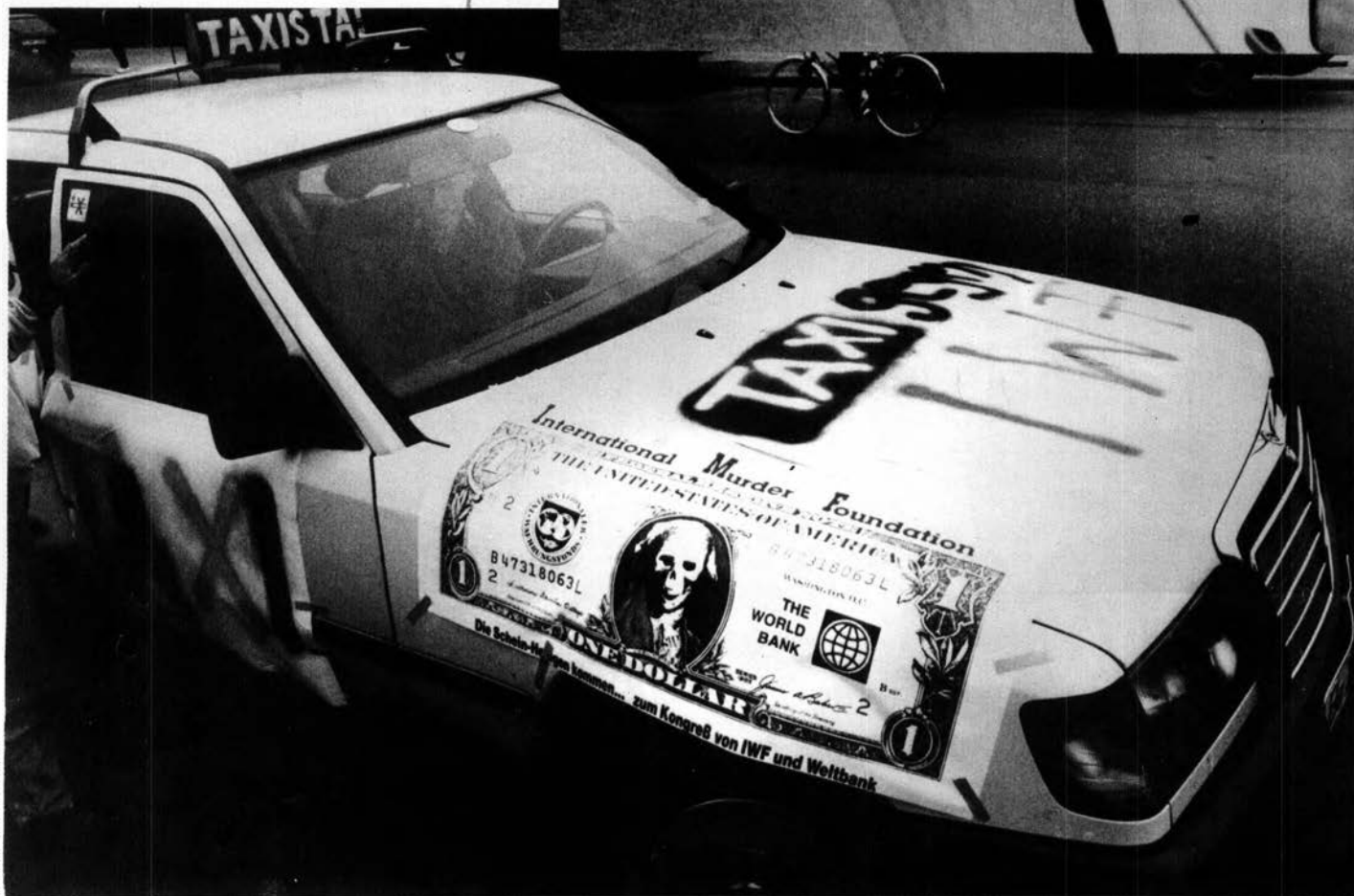
sem nenhum sentido para o desenvolvimento e para a economia, como as turbinas de Itaipu e um sistema digital de telefones para a Indonésia; pelo Instituto Fraunhofer, especializado em tecnologia de robôs que racionalizam cientificamente as fábricas e estreitam o mercado de trabalho; pelo Instituto Alemão de Política Desenvolvimentista, berço estatal da nova elite alemã-ocidental de políticos desenvolvimentistas; ou por fábricas de roupas que justificam a transferência de sua produção para a Coréia do Sul baseadas na legislação anti-sindical desse país de mão-de-obra barata. Para a polícia, os participantes desses passeios turísticos eram suspeitos perigosos: regularmente os ônibus eram parados e os seus passageiros inspecionados.



Michael Schwartzkopff

*Os taxistas de Berlim
fizeram um protesto
original: realizaram um
desfile de carros
decorados que
engarrafou o trânsito
e despertou a atenção
da opinião pública*

Michael Schwartzkopf





Os motoristas de táxis que resistiam às gorjetas e se recusavam a levar membros do FMI também eram considerados suspeitos, vigiados e controlados pelos policiais.

Resistência

Uma manifestação de táxis, com 150 carros, percorreu a cidade. Como expressão de solidariedade com a Nicarágua, os luminosos foram cobertos por um colante com a palavra "taxista" (derivada de sandinista), portas e paralamas repletos de grafittis como "Assassinos do Banco Mundial". O engarrafamento causado por essa demonstração aumentou muito a atenção da opinião pública. Os motoristas de táxis auto-administrados (muitos deles estudantes) organizaram um "bloco de carros" que distribuíam notas de dólares fotocopiadas para os passantes. A pé, atores vestidos como banqueiros pediam, sob o slogan "Rezem pelos banqueiros, que nunca conseguem o suficiente", doações para a pobre elite financeira na rua mais turística de Berlim.

Inspirado nas palavras *Wut, Witz, Widerstand* (raiva, humor, resistên-

cia) uma série de pequenas ações foram organizadas durante a reunião do FMI em toda a cidade. Os banqueiros foram saudados no aeroporto, apesar do cerco policial. Pequenos grupos de pessoas bem vestidas conseguiram se infiltrar na chegada de passageiros, e os primeiros membros oficiais do FMI desembarcaram facilmente identificáveis pelos crachás, foram recebidos por um concerto ensurdecedor de apitos e sacos plásticos.

Barulho e batucadas foram organizados todas as noites no centro da cidade.

As proibições tinham efeito oposto ao desejado, concentrando policiais em massa nas ruas movimentadas do centro. Durante uma semana, todas as noites, o Estado e os manifestantes enfrentaram-se ritualisticamente. No centro da cidade se encontravam todos os insatisfeitos com os protestos em auditórios, em especial os jovens e os punks. Em pé ou sentados, a batucada era feita no chão com latas de cerveja. Curiosos aderiam e passantes paravam para ver. Devagar, mas ininterruptamente, as praças acabavam repletas de pessoas. A multidão transbordava para as ruas e bloqueava o trânsito.

Apesar da rigorosa vigilância policial, muitos jovens usavam máscaras durante as manifestações. Para as autoridades, as máscaras são "armas passivas"

*A repressão era intensa.
Havia um soldado
para cada manifestante.
Mesmo assim, os jovens
não se intimidaram e
protestaram ao som
de música punk*

to. Pequenos grupos improvisavam teatro de rua. Em formação, os policiais atravessavam a praça, recebendo como resposta assovios e convites para que fossem embora. Com a escuridão, aumentava a tensão. Cordões policiais controlavam as pessoas nas ruas adjacentes e isolavam partes do centro da cidade. Com as sirenes vinham os reforços, brucutus prontos para entrar em ação e mais policiais uniformizados e à paisana.

Pequenos grupos de manifestantes tentaram atingir os grandes hotéis. Algumas vitrines de lojas pornográficas, bancos e hotéis, assim como carros de luxo estacionados, foram apedrejados. Qualquer pessoa que parecesse suspeita, fosse por comentários sobre a atuação da polícia, ou apenas pela aparência irreverente, arriscava ser presa. Mais de setecentas pessoas foram presas durante os cinco dias do congresso. O número de feridos é desconhecido, pois os policiais usavam seus cacetes por qualquer motivo, principalmente contra fotógrafos que entravam na "área de atuação policial" quando tentavam documentar brutalidades dos defensores da lei.

Uma declaração impertinente do se-

cretário da Justiça berlinense, afirmando a prioridade da polícia sobre a liberdade de imprensa, provocou a convocação de uma CPI no Senado norte-americano sobre os incidentes. Berlim é uma cidade sujeita à administração dos aliados vencedores da 2ª Guerra Mundial. A polícia berlinense está investigando como tantos automóveis foram incendiados nas imediações do Centro de Convenções num intervalo de poucos minutos. O porta-voz da polícia desconfia que os próprios donos incendiaram seus carros, em protesto contra o FMI, para impedir o acesso dos participantes ao congresso.

Passeatas

As expressões de rebeldia foram desde as ações às margens da legalidade até duas grandes manifestações, passando por vários congressos e contracongressos. A primeira passeata, no dia 25, com mais de 80 mil participantes, parecia um passeio dominical. Panfletos indicavam a distribuição das diferentes organizações e grupos na passeata. O dia estava ensolarado e o clima alegre e descontraído. Policiais escoltavam em fileira dupla os grupos



Michael Schwartzkopf



alternativos e de solidariedade à América Central.

Na passeata do dia 29, promovida pelos alternativos, o clima estava bem diferente. Havia um policial para cada um dos 5 mil participantes. As pessoas eram revistadas ao chegarem à manifestação. Lenços e outros objetos que pudessem ser usados para encobrir o rosto eram apreendidos como "armas passivas". Para muitos, as provocações e intimidações por parte da polícia buscavam induzir os participantes a ações impulsivas. Uma mistura de medo, pirraça e raiva dominava a passeata. Música punk pesada e convocações breves substituíam os longos discursos. Policiais em trajes de batalha acompanharam a marcha em toda a sua extensão. No lugar de encerramento, os manifestantes eram esperados por um cerco cinematográfico: tanques, brucutus, caminhões-choque e grades de isolamento de mais de um metro de altura. Parecia uma armadilha, mas a manifestação se divi-

diu em pequenos grupos e, antes que o aparato policial pudesse entrar em ação, a maior parte das pessoas abandonou o local. As semelhanças com os filmes de Costa Gravas param por aqui. Foram efetuadas 260 prisões.

Uma última risada, silenciosa: no dia da manifestação dos alternativos, a polícia aconselhou os banqueiros a deixarem a cidade o mais rápido possível oferecendo até garantias para enviar as bagagens mais tarde.

O que restou? Nenhuma reunião do FMI recebeu tantas críticas quanto essa. O interesse por temas da economia mundial, pela problemática da dívida externa e pelas questões ecológicas e sociais cresceu enormemente, em curto período. Resta saber se a partir desses acontecimentos será dado um novo impulso ao movimento de solidariedade internacional.

Michael Schwartzkopff é cientista político e especialista em assuntos ecológicos.

Policiais em trajes de batalha, apoiados por tanques e tropas de choque, formavam um cenário cinematográfico, no melhor estilo do diretor Costa Gravas

UMA REDE AMBIENTALISTA MUNDIAL

Ricardo Arnt



Quincentas pessoas, representando 150 organizações ambientalistas e de defesa dos direitos humanos, participaram da Conferência Civil Internacional sobre o Banco Mundial, Meio Ambiente e Povos Indígenas, no Colégio de Artes, em Berlim. Duas poderosas organizações ambientalistas alemãs, a DNR (Deutscher Naturschutzring), Liga Alemã de Defesa do Ambiente e a BUND (Bund für Naturschutz Deutschland), Federação Alemã de Defesa do Ambiente, patrocinaram o encontro que reuniu algumas das principais lideranças mundiais do movimento ambientalista. Uma ocasião muito especial para acesso e troca de informações.

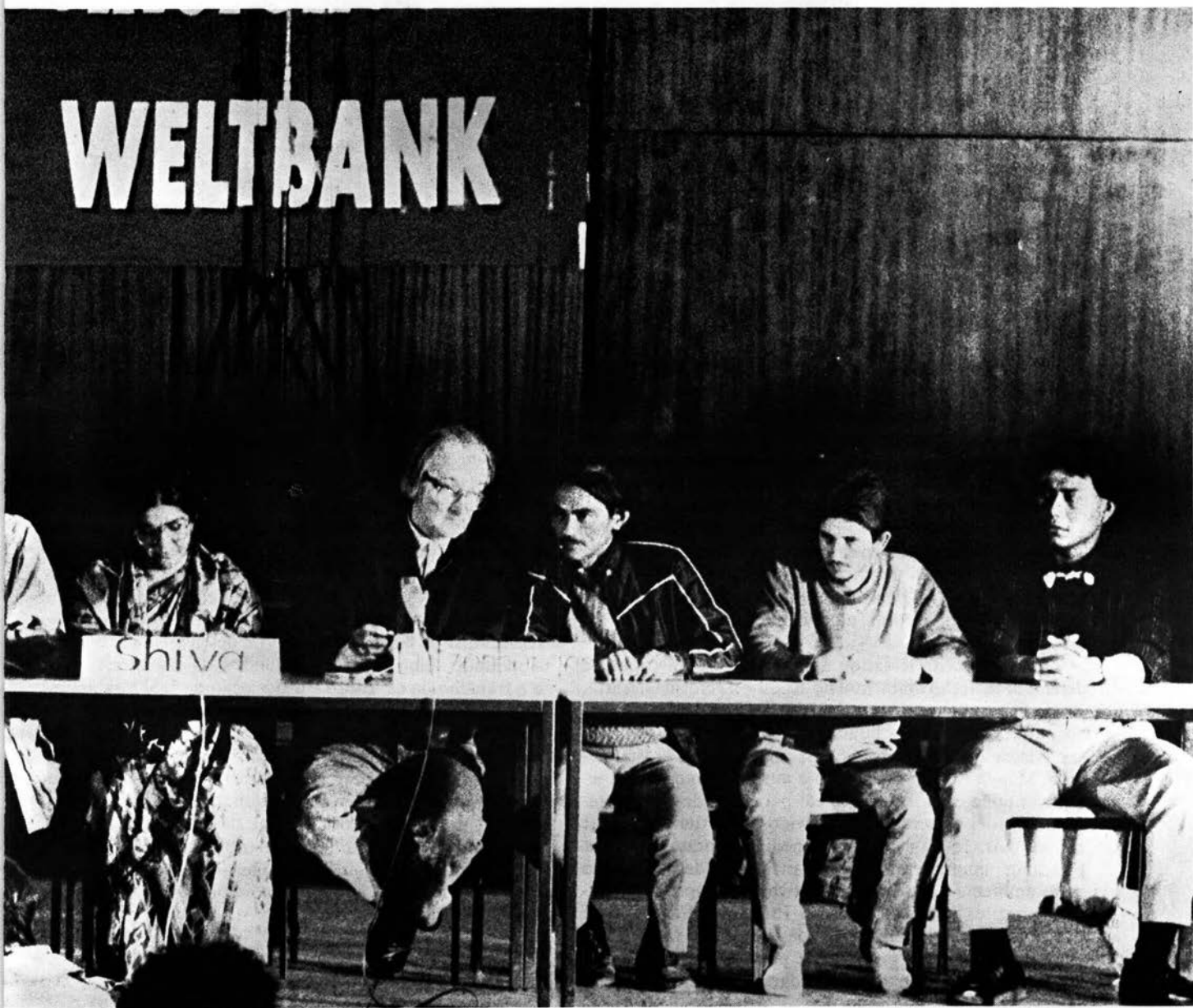
Wolfgang Engelhardt, o conservador presidente da Liga, abriu a conferência com um duro e surpreendente discurso, afirmando que "já estamos fartos de relatórios sobre a destruição ambiental; precisamos de ação". Engelhardt ressaltou a destruição, a cada hora, de 1 mil hectares de florestas, a maior parte na Amazônia, e as enchentes que, em setembro, em Bangladesh, atingiram 40 milhões de pessoas. "As moções existem há centenas de

anos no sudoeste da Ásia e continuarão a existir. Mas, agora, as encostas do Himalaia não têm mais árvores para segurar a erosão e as enchentes", disse. Nos três dias da Conferência, jovens punks interromperam frequentemente as exposições, aos gritos, exigindo "ação" e exortando os participantes a organizar manifestações nas ruas. Houve várias discussões ásperas no plenário.

Brasileiros

Os depoimentos dos brasileiros no painel "O caso Amazônia" foram as principais atrações do primeiro dia. Cinco brasileiros falaram sobre a situação ambiental no Brasil: Oiti Faria Leite, líder dos trabalhadores sem terra de Conceição do Araguaia, no Pará; Paulo Cipassé, índio xavante do Mato Grosso; Jaime da Silva Araújo, presidente do Conselho Nacional de Seringueiros, do Acre; Magda Renner, dos Amigos da Terra, de Porto Alegre; e José Lutzemberger, da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental.

Jaime da Silva Araújo apresentou a Aliança dos Povos





A delegação brasileira (a partir da esquerda): José Lutzemberger, Jaime da Silva Araújo, Oiti Faria Leite e Paulo Cipassé Xavante

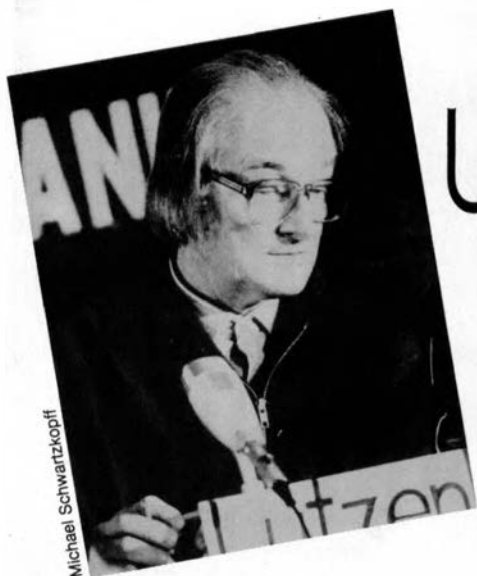
da Floresta que reúne índios, seringueiros e trabalhadores rurais na defesa da floresta e da preservação das suas riquezas naturais. A aliança luta, a partir do Acre e de Rondônia, por uma plataforma comum de resistência na Amazônia contra os grandes projetos estatais, privados e multinacionais que causam devastação ambiental. "Nossa aliança não é romântica. Trata-se de nossa sobrevivência física e econômica. Nós dependemos da preservação da floresta. Mas o futuro de vocês, aqui em Berlim, também depende", disse Jaime.

Oiti Faria Leite ressaltou que a medida mais capaz de deter a devastação ambiental no Brasil é a reforma agrária. Paulo Cipassé, representante da União das Nações Indígenas, disse que os índios lutam pela demarcação de suas terras "desde que os brancos chegaram no Brasil". Em alemão, Magda Renner denunciou o autoritarismo dos projetos econômicos na Amazônia e o paradoxo dos ambientalistas brasileiros serem mais ouvidos no exterior do que em seu país. José Lutzemberger pediu a moratória de empréstimos multilaterais que financiam a destruição do meio ambiente e das culturas nativas, em especial dos financiamentos à Eletrobrás e ao Programa Carajás "até que o governo brasileiro mude de filosofia". Defendeu a conversão da dívida externa em patrimônio ambiental e exortou o Banco Mundial a ajudar a regenerar as terras já devastadas na Amazônia.

A conferência também analisou detidamente os projetos financiados pelo banco na Índia, em Serra Leoa e na Indonésia. A organização ecopacifista *Greenpeace* apresentou a exposição "A exportação de agrotóxicos para o Terceiro Mundo". Em salas contíguas ao plenário, grupos de trabalho discutiram, durante os três dias, diversas iniciativas: um programa alternativo mundial para a proteção das florestas tropicais; projetos de conversão da dívida externa; uma campanha mundial sobre o comércio internacional de madeiras; planos de desenvolvimento auto-sustentado, uma campanha mundial contra agrotóxicos; e o trabalho da educação e articulação de *lobbies* ambientais. No saguão do Colégio de Artes, diversos grupos montaram exposições de fotos, filmes e vídeos.

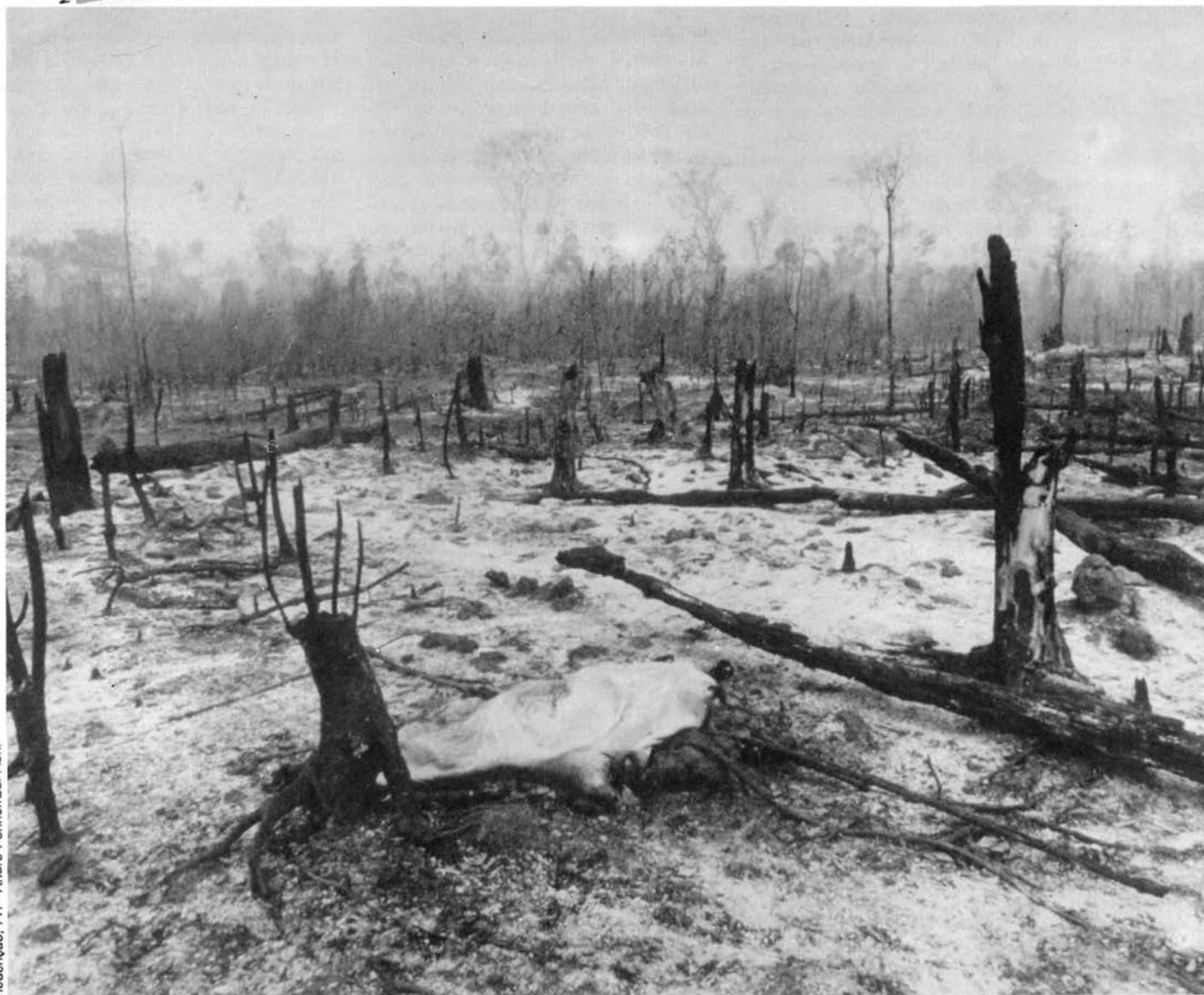
O último dia foi reservado para as organizações não-governamentais apresentarem relatórios sobre as suas campanhas. Vários desdobramentos internacionais foram articulados. Um projeto de organização de uma rede ambiental internacional de comunicação e coordenação foi discutido e aprovado. Durante os três dias da Conferência a polícia montou guarda em frente ao Colégio de Artes, mas não entrou no prédio.

Ricardo Arnt é jornalista. Trabalha atualmente como repórter do *Jornal do Brasil*.



UM HOLOCAUSTO BIOLÓGICO

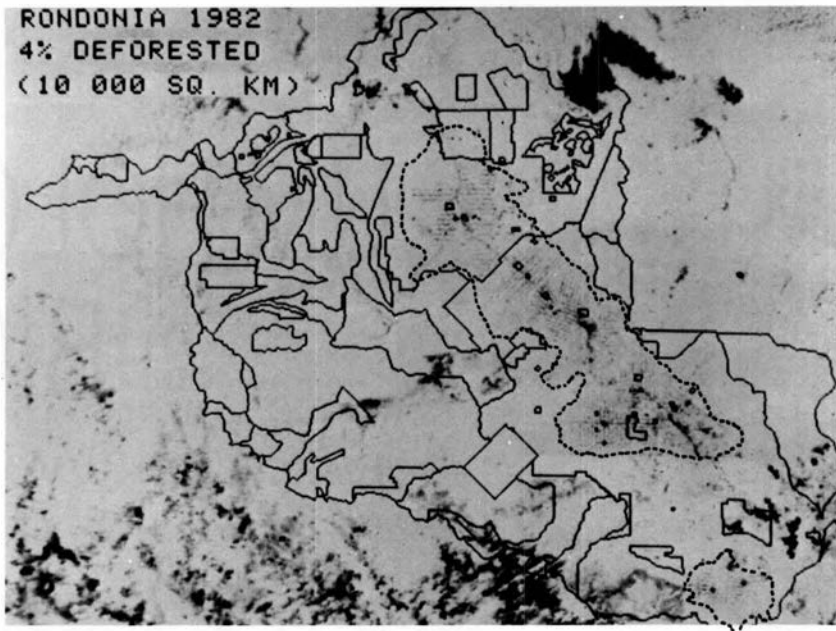
José Lutzemberger



Em 1987, os levantamentos feitos por satélite na Amazônia, confirmados por um relatório oficial do INPE, a Agência Espacial Brasileira, mostraram um total de cerca de 21 milhões de hectares de florestas sendo queimadas. Isso representa 210 mil km², quase o tamanho da Alemanha Ocidental ou do Reino Unido. Há algumas semanas atrás, estive em Rondônia com a equipe de filmagens da CBS. O que vimos então foi indescritível. Este ano, provavelmente, as queimadas aumentarão em 50% sobre o ano passado. Houve tantos incêndios que durante semanas toda a América do Sul ficou coberta por um denso véu de fumaça. No sul do Brasil, a 30º ao sul do Equador, em dias sem nuvens, o céu aparecia cinzento de fumaça. O sol ficou fraco e vermelho e desaparecia muito antes de tocar o horizonte, à tarde. Até em La Paz, na Bolívia, a uma altitude de 3.000 m, o aeroporto foi fechado várias vezes por falta de visibilidade, devido à fumaça que vinha da Amazônia. A extensão da devastação é tamanha que só pode ser chamada de holocausto biológico. Um holocausto como nunca aconteceu antes na história da vida, e isso significa 3,5 bilhões de anos.

Esse holocausto foi desencadeado em grande parte pelo dinheiro dos contribuintes do chamado Primeiro Mundo. A primeira grande devastação foi iniciada pelo Projeto Polonoroeste, um plano de colonização no estado

RONDONIA 1982
4% DEFORESTED
(10 000 SQ. KM)



de Rondônia, financiado pelo Banco Mundial. O dinheiro do Banco Mundial é "dinheiro de contribuintes". A verdadeira razão desse projeto era tornar possível ao nosso governo fugir à justiça social em outras regiões, principalmente no sul, no centro e no nordeste do Brasil, onde a política agrícola dos últimos trinta anos, promovendo principalmente monoculturas de produtos a serem vendidos para o exterior, destruiu quase que completamente as poucas culturas de camponeses existentes e devastou o que restava de

florestas. Milhões de brasileiros perderam suas terras, com a alternativa apenas de ir para as favelas das grandes cidades ou migrar para regiões incultas, à procura de novas terras. Rondônia passou a ser vista, assim, como uma válvula de escape para as massas dos sem-terra. O Banco Mundial financiou a estrada que abriu Rondônia e também os planos de assentamento da agência agrária. Uma vez aberta Rondônia à colonização, legal ou sem controle, não houve como impedir o fluxo de pessoas e a inevitável e irreversível devastação. Mesmo agora, depois que o projeto foi parcialmente suspenso, ainda cerca de 100 mil pessoas mudam-se para Rondônia por ano. Para os índios, o que está acontecendo é genocídio, para os outros habitantes da floresta, os caboclos e os seringueiros, significa que estão sendo expulsos da terra de seus ancestrais e também têm de escolher entre ir para os cortiços das cidades ou procurar novas terras em outro lugar.

O Banco Mundial também tem ajudado a financiar megaprojetos como grandes represas hidrelétricas — Tucuruí, Balbina e outras, na Amazônia. Esses projetos também representam uma tremenda devastação, direta e indiretamente. Diretamente porque inundam imensas áreas de floresta, perturbam a mecânica do fluxo dos rios e expulsam as pessoas que vivem na terra inundada; indiretamente, porque atraem migrações para a região. Grandes represas foram igualmente financiadas pelo Banco Mundial, em outras regiões do Brasil, como por exemplo Itaipu, no sul, e também devastaram terrível-



A pequena cidade de Ouro Preto, em Rondônia, coberta pela fumaça das queimadas



mente o meio ambiente, deslocando dezenas de milhares de camponeses, que então migraram para o norte, muitos deles chegando até a Amazônia.

Mais recentemente, o Banco Mundial promoveu outro projeto que está agora desencadeando um processo irreversível de incrível devastação: o projeto Carajás. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a companhia mineradora estatal do governo brasileiro, está demolindo montanhas inteiras para extrair ferro e outros minérios de exportação para o Primeiro Mundo — mais de um terço do minério de ferro vai para a Europa. Agora o governo brasileiro começou a subsidiar mais de vinte

altos fornos, dois dos quais já estão em funcionamento, para transformar o minério de ferro bruto em ferro gusa e aço. As fundições para o ferro gusa utilizarão carvão vegetal, já que não há carvão mineral nem petróleo na área. O carvão será fabricado em fornos primitivos, com madeira da floresta nativa. Mesmo que a lei prescreva que as companhias que utilizam o carvão devem reflorestar a área com árvores de uma mesma espécie, é claro que elas não têm a menor intenção de fazê-lo. Como o plano do governo visa a produção final de 16 milhões de toneladas por ano, isso levará ao consumo de meio a um milhão de hectares



Central Térmica de Balbina, próxima a Manaus



Antonio Raimundo da Silva, lavrador de Rondônia: "Queimo para comer, mas não tenho outro jeito de plantar minha lavoura"

de florestas primitivas por ano.

Os subsídios são atualmente os seguintes: qualquer companhia, de qualquer parte do Brasil, que invista na Amazônia, pode utilizar 25% de seus impostos para isso. Uma vez operando na Amazônia, conseguirá dez anos de total isenção de impostos.

Mesmo que o reflorestamento se torne uma realidade, ele não se manterá. É sabido que os solos da floresta amazônica não são extremamente pobres em nutrientes, estando todos os nutrientes do ecossistema na biomassa, mas também mal conseguem reter esses nutrientes, de modo que mesmo que as empresas aprendam a fazer o reflorestamento da região, e a CVRD é bastante honesta ao dizer que ainda não dominou essa tecnologia, os nutrientes do solo estarão exauridos após três ou quatro colheitas. Cada colheita será menos produtiva que a anterior. O reflorestamento, que é aliás bastante improvável, não eliminaria a pressão sobre o resto da floresta. Logo imensas áreas se tornarão imprestáveis para a indústria e a população.

O único benefício será de uns poucos industriais.

A Comunidade Européia emprestou

250 milhões de dólares e o Banco Mundial, 300 milhões de dólares para a construção da estrada de ferro, da mina de ferro e do porto marítimo — portanto o dinheiro dos contribuintes está envolvido. Mas o contrato de empréstimo do Banco Mundial diz que o projeto “deve ser realizado com a devida atenção aos fatores ecológicos e ambientais”. Ora, produzir ferro-gusa com carvão vegetal da floresta amazônica é um escárnio a essa cláusula. O Banco Mundial sabe perfeitamente o que está acontecendo. Ele tem todos os relatórios internos e outros documentos que mostram a devastação e, no entanto, não faz nada para impedi-la.

A CVRD também diz que não é responsável pela maneira como os industriais utilizam o minério de ferro que ela lhes vende, no entanto o relatório anteriormente mencionado, de autoria do superintendente do Meio Ambiente da Companhia, diz que, como a Companhia tem o monopólio do minério de ferro e da ferrovia, ninguém acreditará que não seja responsável pelo que ele chama de “devastação da floresta amazônica”.

Em nome das entidades não-governamentais brasileiras, sugiro as seguintes

resoluções:

1. Se o Brasil não parar de produzir ferro-gusa com madeira da floresta nativa, dentro dos próximos quatro meses, as entidades não-governamentais do mundo inteiro devem pressionar seus governos para impedir todos os empréstimos do Banco Mundial ao Brasil.

O Congresso dos Estados Unidos já ordenou ao Departamento do Tesouro para retardar ou impedir todos os futuros empréstimos ao Brasil, a não ser que o governo brasileiro aja dentro de quatro meses no sentido de parar a operação das fundições de ferro-gusa existentes e desista dos planos para outras, no futuro.

2. O Banco Mundial deve ajudar a firmar acordo entre países tomadores de empréstimos e países emprestadores, em que uma parcela da dívida do Terceiro Mundo seja perdoada em troca de garantia de proteção a florestas e outros aspectos da vida selvagem.

Afinal, o argumento do Brasil em favor das fundições de ferro-gusa é que elas ajudam a pagar a dívida externa. Portanto, planos segundo os quais a moeda do país e os recursos locais são utilizados para demarcar e prote-



Uru-eu-wua-wua: depois do contato, no início dos anos 80, as terras invadidas pelas madeireiras, em Rondônia

ger com eficiência áreas de vida selvagem, em troca da redução da dívida em moeda estrangeira, seriam um bom negócio para ambos os lados. O governo brasileiro poderia facilmente reduzir sua dívida, preservando seu meio ambiente e recursos naturais, e os países emprestadores também se beneficiariam. Atualmente os contribuintes do Primeiro Mundo estão pagando do seu bolso a destruição da floresta. Quando acontecer a inevitável mudança climática, causada pela destruição da floresta, eles pagarão de novo.

3. O Banco Mundial não deve emprestar dinheiro ao setor de energia elétrica do Brasil até que ele mude radicalmente a sua filosofia. Empréstimos eventuais devem ser usados para investimentos em eficiência e conservação da energia e métodos de produção descentralizada, inclusive alternativas como energia do vento, solar e outras.

4. O Banco Mundial deve procurar meios de ajudar os colonos, pequenos agricultores, camponeses e criadores de gado a recuperar o solo nas áreas da Amazônia já desmatadas.

Atualmente há centenas de milhões de hectares de terras já desmatadas que estão apenas produzindo escassas

colheitas ou já foram abandonadas. Os agricultores e criadores dessas terras só conseguem sobreviver cortando mais e mais árvores a cada ano. Se pudermos ajudá-los a lavrar suas terras com êxito, isso aliviará a pressão sobre o resto da floresta. Mas a recuperação da fertilidade dessas terras só é possível com métodos de agricultura regenerativa, que é o manejo orgânico do solo. Esses métodos são conhecidos e testados, mas infelizmente a agricultura extensiva convencional insiste nos métodos agro-químicos que não funcionam em solos da Amazônia.

5. O Banco Mundial deve também procurar meios de ajudar a reformular a agricultura em outras regiões do Brasil, principalmente no sul, no centro e no nordeste, onde a maioria dos migrantes que agora invadem a Amazônia foi e continua a ser deslocada.

Mesmo em regiões como o Rio Grande do Sul, onde apenas uma fração da terra boa está sendo usada para a agricultura e a pecuária, o que está sendo usado está sendo mal usado, com baixa produtividade e altos índices de erosão. Precisamos ensinar aos agricultores de lá a aumentar o nível do húmus em suas terras e a evitar a erosão,

a fim de aumentar a produtividade de forma constante. Precisamos também trabalhar por mais justiça social nessas regiões, diminuindo assim a pressão que leva as pessoas a migrarem para o norte ou para as favelas.

6. A política de empréstimos deve ser alterada de tal forma que dela se preste contas às pessoas afetadas.

Os processos de tomada de decisões devem ser democratizados e o fluxo do dinheiro, publicamente controlado. As reuniões multilaterais, já iniciadas pelo Banco Mundial, devem prosseguir, intensificar-se e estender-se até o nível local.

7. E aqui está uma resolução que abrange todas as anteriores e que já foi proposta e subscrita por milhões de pessoas no mundo inteiro:

Moratória de todos os empréstimos que possam degradar as zonas de vida selvagem primitiva e romper as culturas e estilos de vida tradicionais.

José Lutzemberger é engenheiro-agrônomo e ambientalista. Recebeu no Parlamento sueco, em outubro deste ano, o Prêmio Nobel Alternativo da Right Livelihood Foundation. Este é o texto do seu discurso em Berlim.



Hidrelétrica de Tucuruí, Pará: a Eletronorte gastou mais do que devia e prejudicou o meio ambiente

Amazônia: um

As florestas tropicais cobrem 7% da superfície terrestre, mas são habitadas por 80% das espécies de plantas e animais. Os cientistas estimam que a taxa anual de desmatamento oscila entre 1 e 2%; 40 hectares de florestas desaparecem por minuto; diariamente, 620 km² são cortados. Uma área tropical equivalente ao território da Inglaterra é destruída anualmente

Uma destruição sem precedentes dos ecossistemas, causada por grandes projetos, paira sobre a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, que cobre 2,8 milhões de km² em nove países. Delegados dos povos das florestas amazônicas, índios, seringueiros e pequenos agricultores, mostraram como os problemas foram trazidos para a Amazônia.

A assembléia da Conferência Civil Internacional sobre o Banco Mundial, Meio Ambiente e Povos Indígenas culpa a crise da dívida por criar uma enorme pressão para explorar o campo e seus ecossistemas, a fim de gerar ganhos com a exportação.

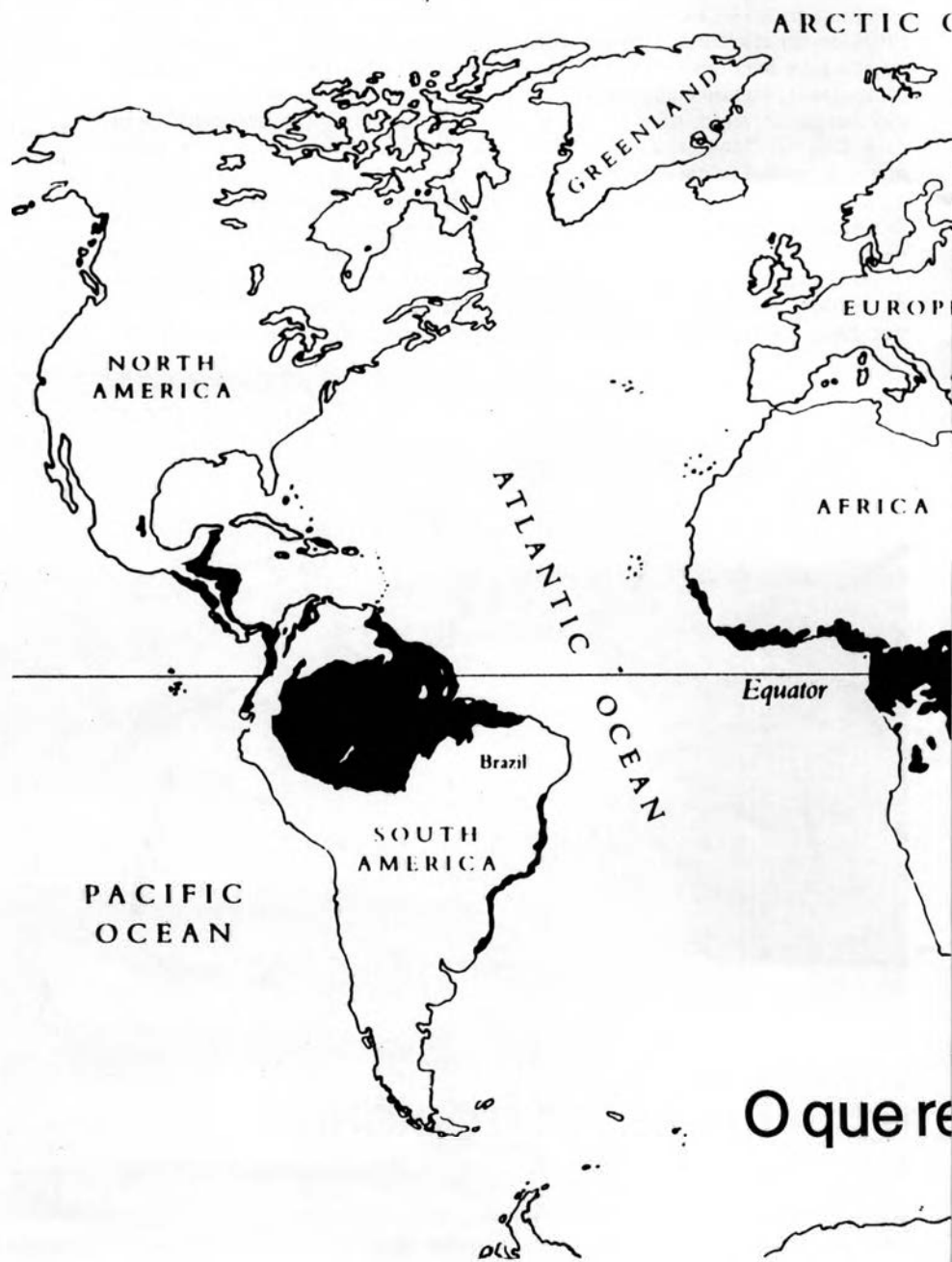
Só pode haver uma chance de salvar esses povos e ecossistemas: se a crise da dívida for resolvida mediante a criação de um fundo ao qual a dívida possa ser paga em moeda local e que seria administrado por organizações não-governamentais autênticas e povos indígenas.

A aliança dos povos da floresta foi muito apreciada e apoiada por toda a assembléia, que demonstrou sua intenção de defender ativamente essa aliança.

Os povos da floresta são os melhores protetores das florestas. São produtores eficientes e possuem grande conhecimento do frágil ecossistema tropical.

São aliados de todos os povos da terra. Salvar as florestas depende das técnicas tradicionais empregadas pelos povos da floresta, cuja adequação tem sido provada através dos séculos.

Os povos das florestas não devem ser despojados de suas terras e culturas. A terra dos Yanomami não deve ser diminuída para 30% nem ser fragmentada. Os responsáveis pelos assassinatos dos índios Tikuna devem ser levados à justiça. O respeito às suas terras é idêntico ao respeito pela humanidade.



alerta mundial



Respeitar os valores físicos e biológicos das florestas, como proteção às bacias fluviais, conservação do solo e estabilização climática para a espécie humana e outras espécies, significa respeitar a integridade das florestas.

Todos os que se manifestam a respeito dos riscos ecológicos e sociais dos grandes projetos não devem ser penalizados mas sim louvados por seus esforços ao fazê-lo. A assembléia apóia os índios Kaiapó e o pesquisador que os acompanha.

O desastre que representa a destruição da floresta tropical deve parar. A assembléia apela para que se tomem as seguintes medidas:

1. Se o Brasil não parar de fabricar ferro-gusa com carvão, feito com madeira da floresta nativa, dentro dos próximos quatro meses, as entidades não-governamentais devem pressionar seus governos para impedir todos os empréstimos do Banco Mundial ao Brasil.

2. O Banco Mundial não deverá emprestar mais dinheiro ao setor de energia elétrica do Brasil, exceto para investimentos na área de eficiência e conservação de energia. Métodos de produção descentralizada, inclusive alternativas como energia solar, do vento e outras devem ser apoiados para todos os países da Amazônia.

3. O Banco Mundial deve encontrar meios de ajudar os colonos, os pequenos agricultores, camponeses e criadores a regenerar o solo nas áreas da Amazônia já desmatadas.

4. O Banco Mundial deve também encontrar meios para ajudar a reformar a agricultura em outras regiões do Brasil, especialmente o Sul, o Centro e o Nordeste, de onde a maioria dos migrantes que agora invadem a Amazônia foram e continuam a ser desarraigados.

PRESSÃO SOBRE O GOVERNO BRASILEIRO

Stephen Schwartzman

Ambientalistas de quatro países aproveitaram os eventos de Berlim para discutir com funcionários do Banco Mundial e seus governos membros — especialmente do Brasil — os efeitos sociais e ambientais dos grandes projetos

No dia 25 de setembro, representantes de organizações não-governamentais dos Estados Unidos, Brasil, Alemanha e Inglaterra reuniram-se em Berlim com Maritta Koch-Weser, da divisão Brasil, e Kenneeth Piddington, chefe do Departamento de Meio Ambiente, ambos do Banco Mundial, para discutir o segundo empréstimo ao setor elétrico. Os ambientalistas criticaram o desempenho da Funai nos projetos anteriores do Banco, demonstrando que as condições de empréstimo para os projetos do Polonoroeste e Carajás, que exigiam a demarcação de terras indígenas, continuavam só no papel. As promessas do governo de que a Funai seria fortalecida com o empréstimo ao setor elétrico têm portanto, pouca credibilidade. Koch Weser defendeu o aperfeiçoamento gradual da agência (Funai), mas Piddington retrucou que embora o Banco pudesse reconhecer um aperfeiçoamento gradual das agências do meio ambiente e da capacidade do governo para realizar avaliações técnicas de impactos ambientais, não se nota melhoria na Funai. Observou, também, que os critérios de competência que o Banco exige das agências governamentais que tratam com povos indígenas devem ser aplicados com o mesmo rigor que os critérios utilizados em qualquer outra área de trabalho do Banco.

Boicote

Embora representantes de organizações não-governamentais recebessem de seus governos credenciais de visitantes para a Reunião Anual do Banco e do FMI, no Centro de Congressos, a delegação do governo brasileiro rejeitou o pedido de credenciais feito por Luis Dalla Costa, secretário geral do



Paulo Whitaker/Ag. Folhas

Comitê Regional dos Afetados pelas Barragens (Crab), do Rio Grande do Sul. Ao contrário das outras organizações das Nações Unidas, a administração do Banco Mundial transfere as decisões sobre credenciais para reuniões oficiais aos governos membros. A segurança ostensiva que cercou a reunião do Banco, para evitar manifestações próximas ao centro de conferências, proibiu Dalla Costa e outros representantes de organizações não-governamentais, que não haviam recebido credenciais, de assistir às reuniões com os delegados dos governos dentro do centro de conferência.

No dia 27 de setembro, líderes de organizações não-governamentais de quinze países reuniram-se com David Hopper, vice-presidente do Banco, e Kenneth Piddington, e questionaram o planejamento sigiloso, de cima para baixo, feito pela instituição e seus investimentos em grandes projetos de infraestrutura.

O secretário geral do Crab enfatizou a necessidade da participação pública em decisões relacionadas com o empréstimo ao Setor Elétrico 2 do Brasil (um empréstimo de 500 milhões de dólares a ser concedido ao setor de energia elétrica). Dalla Costa refutou a defesa do Banco ao projeto de represa de Machadinho, considerando "exemplo de participação popular no planejamento do setor de energia", e explicou que as comunidades locais afetadas pelas represas de Ita e Machadinho haviam conseguido acordos com a companhia de eletricidade, apesar da intransigência desta, através da mobilização popular, de manifestações e árduas negociações. Apesar disso, a companhia rompeu acordo feito com as comunidades sobre Machadinho. Observou, também, que ao distorcer a real situação das comunidades afetadas por Machadinho, o Banco Mundial arrisca-se a perder a confiança das entidades não-governamentais.

Mailson

No dia 28 de setembro, ambientalistas dos Estados Unidos e da América Latina entre os quais Mazda Renner, dos Amigos da Terra de Porto Alegre, reuniram-se com Mailson da Nóbrega, ministro da Fazenda, e outros funcionários do governo brasileiro, inclusive Pedro Malan, diretor executivo brasileiro do Banco Mundial, e o coronel Antonio Nascimento, da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (ex-Conselho de Segurança Nacional).

As comunidades de Ita e Machadinho, prejudicadas pela construção de represas, conseguiram bons acordos através da mobilização popular e de árduas negociações

Mailson argumentou que o "pacote ambiental" que estava sendo preparado pelo governo (o Programa Nossa Natureza) demonstram sua preocupação e determinação em enfrentar os problemas ambientais. No entanto, indagado a respeito de incentivos fiscais para a pecuária na Amazônia, o ministro declarou que o problema não eram os incentivos mas a maneira pela qual eram concedidos e a fiscalização dos projetos. Em resposta às perguntas sobre a violação feita pelo governo das condições ambientais no Programa Carajás, com a aprovação de fundições de ferro-gusa alimentadas a carvão vegetal, disse que os produtores de ferro gusa que recebessem subsídios seriam obrigados por lei a fazer o reflorestamento.

Os representantes das organizações não-governamentais mostraram que havia, dentro do próprio Banco Mundial,

muita preocupação a respeito da capacidade da Funai de exercer suas funções legais. O coronel Nascimento insistiu em que o Conselho de Segurança Nacional estava fortalecendo a Funai. Os ambientalistas questionaram as acusações criminais apresentadas contra os líderes kaiaipó Paiakan e Kubei e contra o antropólogo Darrel Posey. Nascimento afirmou que não era verdade que os Kaiapó estivessem sendo acusados com base no estatuto dos estrangeiros, mas sim porque haviam se ausentado de seus postos no governo sem autorização, apesar de terem recebido permissão da Funai para viajar aos Estados Unidos.

Stephen Schwartzman, antropólogo, é assessor da organização ambientalista norte-americana *Environmental Defense Fund*, com sede em Washington.

Uma triste herança

No exato momento em que estamos aprendendo a importância dos ecossistemas tropicais, eles estão desaparecendo. O que está causando esse desmatamento massivo? Certamente, a inadequada conversão das florestas tropicais em terras destinadas à agricultura e ao desenvolvimento industrial, com projetos financiados pelo Banco Mundial e outras instituições multilaterais. A concessão de empréstimos para a exploração madeireira, mineral e agrícola, além da construção de represas e estradas, não considera, muitas vezes, o impacto dos projetos aprovados.

O botânico Peter Raven, diretor do Jardim Botânico do Missouri, Estados Unidos, estima que cerca de 85% dos alimentos são derivados, direta ou indiretamente, de vinte espécies de plantas, sendo que 60% vêm de três delas: milho, trigo e arroz. É por esta razão, diz ele, que entre as restantes 235 mil espécies de plantas conhecidas, poderiam haver recursos alimentares, sem mencionar medicamentos, óleos e produtos químicos. "Infelizmente, tragicamente, estamos exterminando essas formas de vida antes mesmo de descobrir suas potencialidades", lamenta Raven, lembrando que nos próxi-

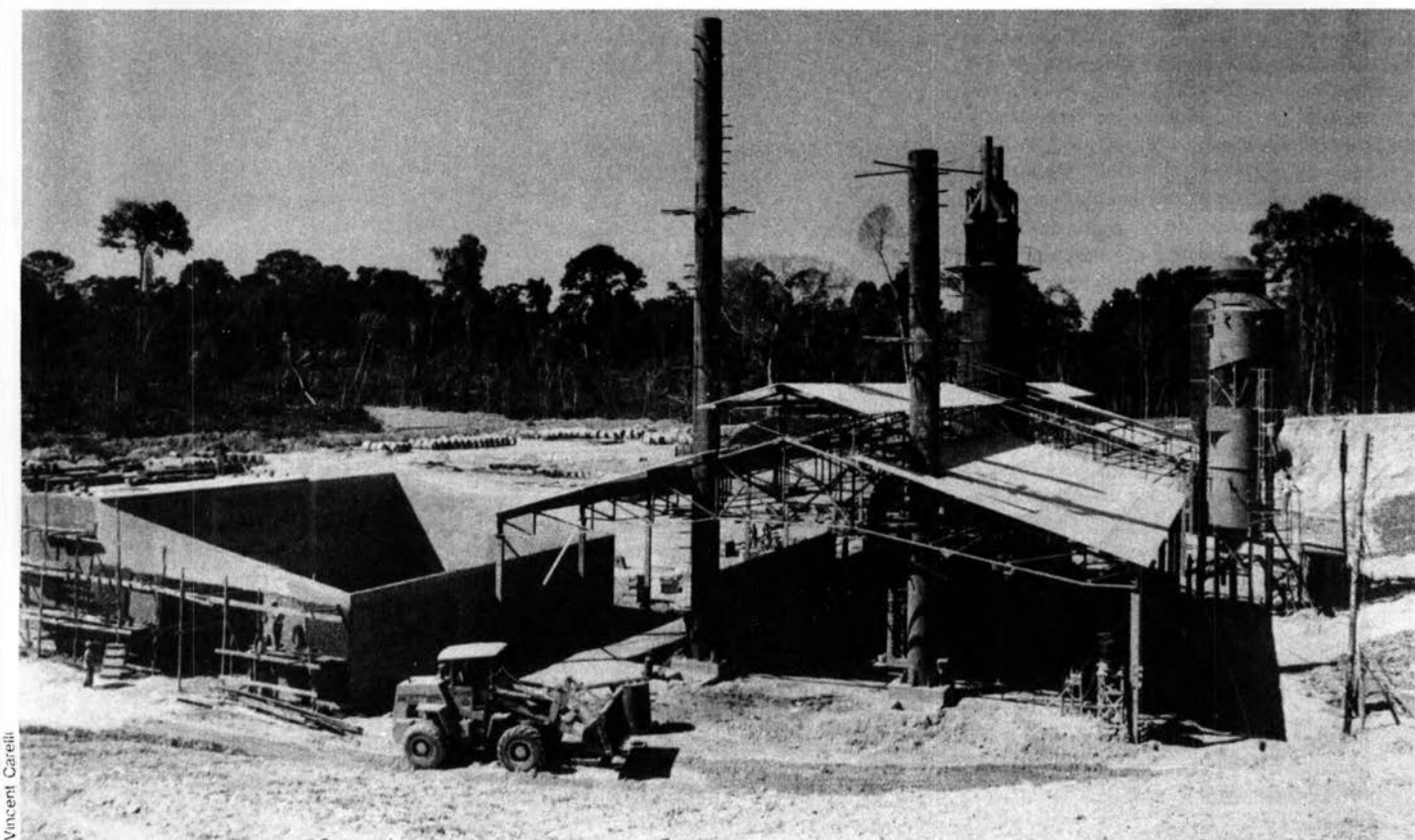
mos quinze ou vinte anos a taxa de extinção atingirá, talvez, de cem a duzentas espécies por dia.

O desaparecimento das florestas altera significativamente o clima regional. O calor da atmosfera aumenta devido à falta de vegetação que absorve a energia solar e converte o dióxido de carbono em oxigênio (fotossíntese). O "efeito estufa" é causado pelo excesso de dióxido de carbono. Isto aumenta a temperatura dos mares, da atmosfera e muda o ciclo das chuvas. As zonas temperadas da América do Norte, Europa, União Soviética e Argentina poderão se tornar secas e menos produtivas.

O biólogo Edward O. Wilson, da Universidade de Harvard, antecipou em 1980: "O processo de destruição observado nos anos 80 levará milhões de anos para ser corrigido. Será a perda de diversas espécies em consequência da destruição de seu habitat. Nossos descendentes, provavelmente, não nos perdoarão por tamanha insensatez".

(Extraído da publicação *Financing ecological destruction*, patrocinada pelas organizações Greenpeace International e Mott Foundation)

A MEIA DÚZIA SUJA



Ricardo Arnt

Culpado. Para o Tribunal Permanente dos Povos, a Conferência Civil Internacional sobre Povos Indígenas e o Contracongresso sobre o FMI e o Banco Mundial, realizados em Berlim Ocidental, de 22 a 30 de setembro, o Banco Mundial e as agências de financiamento multilateral financiam o ecocídio no Terceiro Mundo. Os governos que concebem, planejam e executam programas econômicos que sacrificam suas populações e devastam os recursos naturais são os principais responsáveis. Mas ao sustentar e financiar os projetos, o Banco Mundial dissemina o ecocídio em escala internacional.

É longa a lista de crimes do Banco Mundial. Nas Filipinas, no Paraguai,

na Malásia, na Costa do Marfim e em Serra Leoa, o banco sustenta empreendimentos que geram traumas sociais e são alvo de hostilidades de populações e movimentos. Seis projetos, entretanto, a *meia dúzia suja*, destacam-se, pela sua fatalidade (dois dos quais o Brasil teve o privilégio de abrigar): o pólo siderúrgico a ferro-gusa em Carajás; o Plano 2010 da Eletrobrás; o projeto de pecuária Livestock 2, em Botswana; o programa de transmigração da Indonésia; o projeto do vale do rio Narmada, na Índia; e a monocultura extensiva de algodão, no Sudão.

Brasil — O projeto ferro-gusa em Carajás tem sido intensamente criticado no Brasil e no exterior. O minério de ferro da mina de Carajás, escoado

pela ferrovia Carajás até São Luiz — ambas implantadas com financiamento parcial do Banco Mundial — será vendido, no caminho, a treze usinas que o transformarão em ferro-gusa. Grandes fornos de 60 mil toneladas usarão como energia o carvão vegetal, extraído da madeira da floresta nativa transformada em lenha, provocando extenso desmatamento numa área onde 3,5 mil km² de florestas já são abatidos anualmente, no rastro da expansão das fronteiras agropecuárias. As guseiras exercerão pressão sobre a madeira das terras de camponeses e índios: além do desmatamento em escala industrial a produção de carvão virará uma alternativa de sobrevivência econômica para as populações pobres

da região. Centenas de pequenos fornos estão surgindo ao longo da ferrovia. A derrubada da floresta ameaça virar um frenesi no sul do Pará e Maranhão.

A seção 3.10 do contrato de financiamento do Banco Mundial para o Projeto Ferro Carajás requer que a Companhia Vale do Rio Doce, que o explora, "tome todas as medidas necessárias para assegurar que a execução e a operação do projeto sejam feitas com a devida consideração aos fatores ambientais e ecológicos". A Vale é responsável pelas jazidas de Carajás e pelo território a um raio de 100 km da ferrovia. O empréstimo comprometeu a companhia com a proteção da área, e ela investiu 63 milhões de cruzados em programas de defesa ambiental e conservação. Não obstante, a Vale, agora, não só vai vender e transportar o minério de ferro para os gaseiros como vai faturar diretamente: a estatal brasileira é acionista da Prometal e da Cosipar (grupo Itaminas), empresas que estão se instalando para produzir gusa na região.

Por força de pressões no Brasil e internacionais, o Banco Mundial adiou a votação do segundo empréstimo de 500 milhões de dólares para a recuperação do setor elétrico brasileiro, previsto para este ano. Com esses fundos, a Eletrobrás, segundo o Plano 2010, pretende construir 136 novas usinas hidrelétricas que inundarão cerca de 250 mil km² (milhares de florestas tropicais virgens) forçando a remoção compulsória de 500 mil pessoas de suas terras. O Banco hesita em apoiar a política de tarifas de energia cronicamente deficitária do setor elétrico, com subsídios maciços a usuários industriais e pesados custos sociais e ambientais. Represas como a de Itaparica, na Bahia, Machadinho, no Rio Grande do Sul, Ji-Paraná, em Rondônia, Babaquara e Kararao, no Pará, terão violentos impactos nas populações locais e no meio ambiente.

Botswana — Em Botswana, o Banco Mundial financia com 10,7 milhões de dólares a implantação de 130 empresas pecuárias do projeto Livestock 3. Três milhões de cabeças de gado serão despejadas em savanas em acelerado processo de desertificação, ampliando a destruição extensiva dos rebanhos de animais selvagens. Botswana tem acesso preferencial ao mercado europeu e o direito exclusivo de preencher as cotas incompletas de exportação de carne dos países do Terceiro Mundo para a CEE. Ironicamente, a Europa exporta *beef* por um preço três vezes mais caro do que o pago pela car-



Bankrolling Disasters

ne importada de Botswana.

A pecuária arrasou a outrora exuberante fauna selvagem do país. Para cumprir as exigências sanitárias da CEE de eliminação de doenças "no pasto e na comida" do gado, supostamente transmitidas por animais selvagens, o governo de Botswana levantou 13 mil km de cordão sanitário — cercas de arame que atravessam o país de sul a norte, para separar gnus, antílopes, búfalos etc., do gado. Centenas de milhares de animais expropriados de suas fontes de água e pastagem e desviados de suas rotas migratórias morreram nos últimos anos, muitos simplesmente colidindo com a cerca. Os povos bosquímanos da região, que dependem da caça, também estão com a sua sobrevivência ameaçada pelo projeto sustentado por grandes empresas exportadoras.

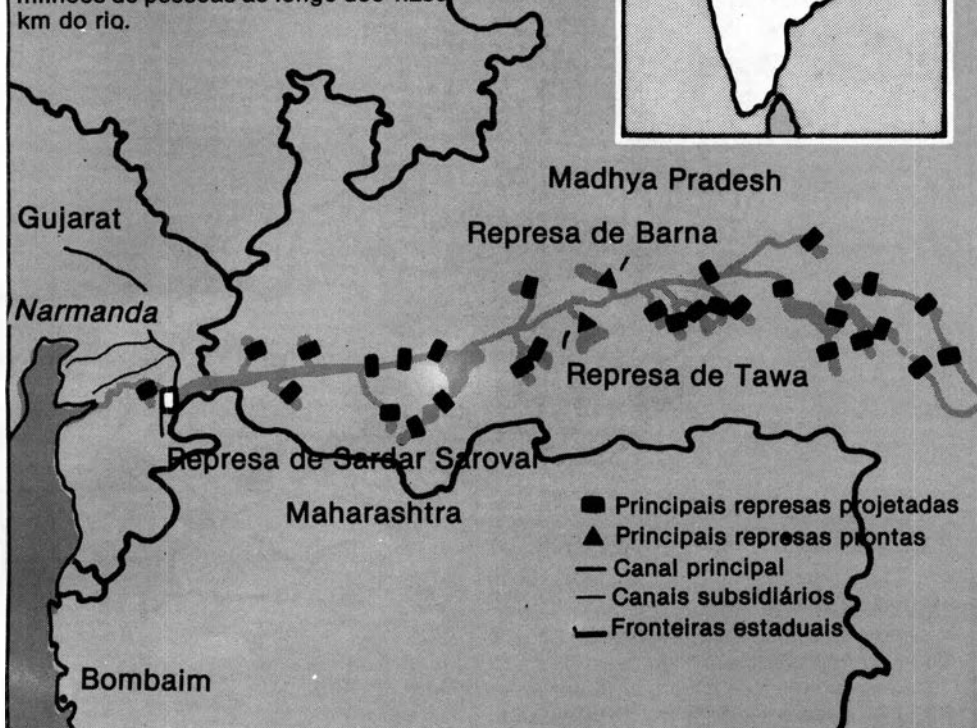
Indonésia — Na Indonésia, com o apoio financeiro do Banco Mundial,



Kim-ir-SenAGIL

O REPRESAMENTO DA ÍNDIA

O gigantesco projeto de represamento do rio Narmanda promete empregos, água potável, irrigação e controle das enchentes em troca da destruição maciça da floresta, fauna, terra cultivável e a transferência forçada de milhões de pessoas ao longo dos 1.280 km do rio.



Bankrolling Disasters



está em curso um dos maiores planos de transmigração da história. Até 1990 o governo pretende transferir 3 milhões de pessoas das populosas e férteis ilhas de Bali e Java para as frágeis ilhas tropicais de Kalimantan (Bornéu), Sulawesi e Irian Jaya (Papua Ocidental). Mais de 500 mil já foram, através de pontes aéreas ou transporte marítimo. Até 1998 a população papua de Irian Jaya virará minoria em seu próprio território. Movimentos guerrilheiros resistem, armados, à invasão.

Na primeira fase do plano, a exploração agrícola das florestas tropicais deu resultados desastrosos — similares aos registrados pelo Polonoroeste, em Rondônia. As plantações de cultivos alimentares esgotaram-se depois de duas ou três colheitas, induzindo o Banco a deslocar seus financiamentos para a indústria agroflorestal, principalmente para plantações de seringueira (borracha) e extração de óleo de palmito. Amplas áreas de floresta vêm sendo desmatadas para abrigar plantações extensivas. Organizações não-governamentais da Indonésia estimam que o Banco e as companhias privadas já são responsáveis pela conversão de 800 mil hectares de floresta úmida em monoculturas para exportação.

Milhares de camponeses abandonaram estilos de vida e modos de produção tradicionais para serem integrados aos instáveis e deprimidos mercados internacionais da borracha e do óleo de palmito. Em 1986, o governo da Indonésia respondeu a pressões e críticas criando novas leis ambientais, entre elas a elaboração de Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) para os projetos de colonização. Por força de pressões similares, o Brasil fez a mesma coisa, no mesmo ano. Nos dois países, entretanto, a legislação parece não fazer diferença — quando não é ignorada, cumpre uma função figurativa, incapaz de se impor à lógica da rentabilidade econômica a curto prazo.

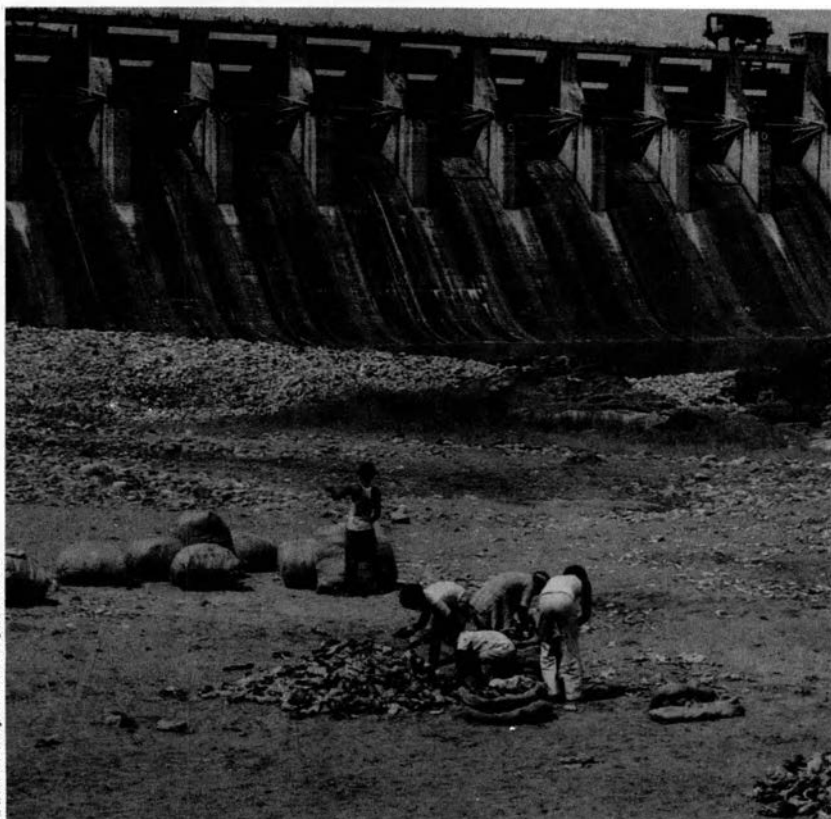
Índia — Na Índia, o Banco Mundial forneceu 450 milhões de dólares para a construção da represa de Sardar Sarovar, primeira obra de um gigantesco projeto de desenvolvimento que prevê, nos próximos cinquenta anos, ao longo do vale do rio Narmanda, a construção de trinta grandes represas, 135 de tamanho médio e mais de 3 mil pequenas para fornecer energia elétrica e irrigação para quatro estados: Gujarat, Maharashtra, Madhya Pradesh e Rajastan. O plano inteiro implica a remoção de mais de 1,5 milhão de pessoas, a maioria de origens tribais ou de minorias étnicas.

O projeto desperta grande controvérsia política na Índia. Numerosas organizações não-governamentais pressionam o governo. O Banco Mundial liberou o empréstimo para Sardar Sarovar antes que o Departamento de Meio Ambiente e Florestas indiano desse sua aprovação ao projeto. Em junho de 1987, sob grande pressão interna, o Departamento concedeu a aprovação, embora a conclusão dos estudos e levantamento esteja previsto para 1989. Sardar Sarovar implica a remoção de 289 vilas e o deslocamento de 80 mil pessoas de suas terras. As organizações não-governamentais criticam os planos de reassentamento e indenização. O Banco Mundial, entretanto, se prepara para aprovar um empréstimo de mais de 350 milhões de dólares para a construção da segunda represa — Narmada Sagar — apesar da insatisfação e da mobilização popular na região.

Sudão — No Sudão, o Banco Mundial emprestou, em dezembro de 1989, 50 milhões de dólares para o governo comprar agrotóxicos para a monocultura de algodão. A assistência internacional à política agrícola do Sudão virou um evento anual. Em 1982/83, a ajuda externa pagou 29% dos agrotóxicos usados no país; em 1984/85, 75%; e em 1985/86, 100%. O Banco Mundial, a Alemanha, a Inglaterra e a Itália garantem doses cada vez maiores.

Os 2 milhões de acres cultivados na região de Gezira estão infestados por pestes cada vez mais resistentes aos agrotóxicos. Especialistas sustentam que as plantações estão à beira do colapso. Estuda-se a implantação do *Integrated Pest Management*, método que implica a desistência da erradicação das pestes e sua manutenção em níveis suportáveis através de meios biológicos e culturais. A monocultura do algodão do Sudão está de meios biológicos e culturais. A monocultura do algodão do Sudão está próxima de atingir o ponto onde os custos de produção, especialmente o dos investimentos em pesticidas, ultrapassará o valor das vendas. Se isso acontecer, haverá um desastre econômico. O país é o maior da África, possui amplos recursos naturais e uma pequena população (22 milhões). Pode ser o celeiro do continente. Mas apesar do potencial, sofre de fome e epidemias, depende cada vez mais da importação de trigo e tem os piores problemas agrícolas do continente. O Banco Mundial, entretanto, prefere expandir a monocultura do algodão para exportação.

David Dawdy/Bankrolling Disasters

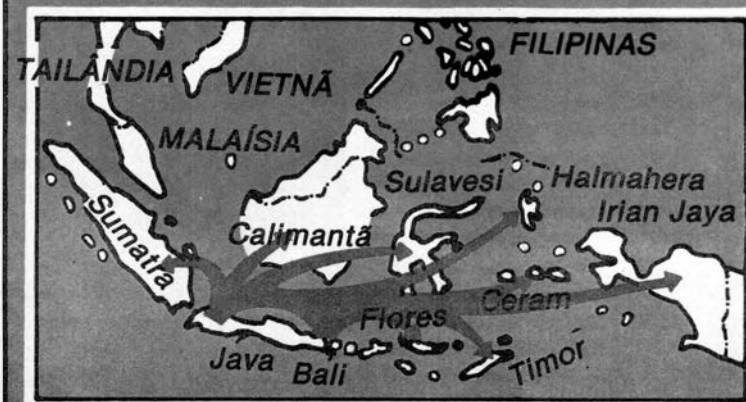


Bankrolling Disasters

A INVASÃO DE IRIAN JAYA

As migrações estão se tornando rapidamente a mais importante causa de conflito social em Irian Jaya. A resistência da população melanésia à emigração e ao assentamento de imigrantes javaneses é vista, pelo governo, como uma expressão intolerável de oposição à autoridade.

Áreas projetadas para migração em Irian Jaya



MORATÓRIA PARA O MEIO AMBIENTE

Durante três dias os participantes da Conferência Civil Internacional ouviram os depoimentos de índios, camponeses, ecologistas e pequenos produtores rurais sobre o impacto ambiental dos projetos financiados pelo Banco Mundial. Diante da preocupante deterioração do nível de vida e do meio ambiente, a Conferência aprovou, entre outras coisas, um pedido de suspensão de todos os empréstimos que afetam as culturas e os modos de vida tradicionais

De 22 a 24 de setembro do corrente ano, mais de quinhentos participantes de cerca de 150 organizações do meio ambiente, direitos humanos e outras entidades não-governamentais de todo o mundo reuniram-se em Berlim para o Congresso Civil Internacional sobre o Banco Mundial, Meio Ambiente e Povos Indígenas.

Eles examinaram, com grande preocupação, a dramática deterioração da situação ecológica e social na maior parte dos países do Terceiro Mundo. Uma destruição sem precedentes de ecossistemas, causada por grandes projetos financiados pelo Banco Mundial e outras agências de financiamento, foi narrada por índios, camponeses e pequenos produtores rurais.

Reafirmamos a Declaração Conjunta das Organizações de Cidadãos e Não-governamentais, na reunião anual do ano passado do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, inclusive as quinze reformas recomendadas, que forma anexadas. Houve muito pouco avanço por parte do Banco Mundial na resposta a essas recomendações.

É imperativo que o Banco Mundial adote procedimentos para que as organizações não-governamentais recebam o status de observadores oficiais dentro do Banco, com o direito de assistir a todas as reuniões do Banco, inclusive às da Diretoria.

A ordem econômica vigente tem empobrecido um número crescente de pessoas, que estão famintas, sem lar e não recebem educação primária. Aliada à crescente destruição dos sistemas de sustentação da vida sobre a Terra e a demanda cada vez maior de recursos naturais, a situação global tem-se deteriorado de forma alarmante.

O Banco Mundial vem tentando responder às numerosas críticas recebidas da comunidade internacional do meio ambiente. Foi aberto um escritório para o meio ambiente. É política do Banco Mundial avaliar os impactos dos projetos individuais e preparar documentos sobre temas do meio ambiente para países em desenvolvimento. Este é um passo importante para a incorporação de preocupações ecológicas em procedimentos para empréstimos. No entanto, essa política não tem sido implementada adequadamente. São feitos estudos de caso mas sem influência significativa na política de financiamento. No Banco Mundial não há



Michael Schwartzkopf

um número suficiente de especialistas em meio ambiente, conservação e povos indígenas para executar as políticas atuais e os compromissos nessas áreas.

Não se observa uma vontade de fazer reformas básicas através das recentes declarações sobre a política adotada e das decisões sobre empréstimos publicadas pelo Banco Mundial e pelo FMI. Se não forem tomadas outras providências, a situação social e ambiental em quase todo o mundo vai piorar drasticamente. No hemisfério sul, as mulheres e os povos indígenas encontram-se especialmente ameaçados.

Por isso exigimos:

1. Os termos de comércio para as exportações dos países em desenvolvimento devem ser modificados;

2. Os padrões de consumo que levam à destruição da ecologia devem ser revertidos;

3. As dívidas originadas de empréstimos para projetos ecologicamente destrutivos devem ser imediatamente canceladas;

4. A carga do serviço da dívida deve ser significativamente reduzida a curto prazo, à espera de uma solução definitiva, que inclua medidas de salvaguarda ao meio ambiente. O perdão da dívida deve estar ligado a obrigações administrativas de cuidar dos recursos naturais e humanos no mundo todo, inclusive o reconhecimento do papel chave dos povos indígenas na conservação dos ecossistemas vitais. Um mecanismo que deve ser considerado é um fundo de desenvolvimento no qual os pagamentos da dívida, feitos em moeda do país, sejam administrados por organizações não-governamentais e dos povos indígenas;

5. O lucro e a taxa de retorno não devem ser os principais determinantes dos empréstimos do Banco Mundial. Todos os projetos financiados por créditos internacionais devem ser investigados quanto ao seu impacto ambiental e social. Essa avaliação deve ser conduzida principalmente por pessoas da região, seus representantes e organizações de cidadãos, bem como especialistas em que eles confiem. Esse exame deve ser baseado em todas as informações relevantes sobre os projetos. Esse processo exige acesso a todas as informações, transparência, abertura para o público bem como democracia na gestão do Banco Mundial e do FMI. O acesso do público a informações sobre projetos financiados a nível internacional é um direito essencial. Representantes de todas as nações no Banco devem ser responsabilizados perante seus próprios cidadãos e os regis-

tros de seus votos devem ser divulgados;

6. Em vez de financiar projetos que perturbem o equilíbrio humano, cultural, social e ambiental nos países em desenvolvimento, deve-se apoiar os projetos surgidos de movimentos populares, que realmente respondem às necessidades da população local. Deve-se dar prioridade a projetos em pequena escala e tecnologias adequadas. As economias regionais devem ser baseadas nas necessidades da população local e não numa economia orientada para a exportação. A cooperação entre as organizações voluntárias e populares no Sul e no Norte é essencial. Devem ser estabelecidos mecanismos adequados para possibilitar às populações dos países que recebem ajuda uma participação ativa e total em todos os processos de tomada de decisões que afetem seu meio ambiente, economia e estilo de vida;

7. Em vez do ajustamento estrutural ao mercado mundial, a proteção à biosfera e a sobrevivência da humanidade é que devem se tornar os princípios básicos para orientar os empréstimos do Banco;

8. Deve-se dar ênfase especial a:

a) Produção de alimentos ecologicamente viável para consumo local em terras cultiváveis existentes, acompanhada por programas adequados de reforma agrária;

b) Papel chave das mulheres na produção de alimentos, combustíveis e fer-

tilizantes e na proteção do meio ambiente;

c) Planejamento familiar.

d) Conservação das florestas e reflorestamento com espécies nativas, principalmente através de microproyectos de movimentos populares;

e) Programas de recuperação e conservação do solo e antidesertificação;

f) Salvaguarda da diversidade genética;

g) Emprego de métodos de controle integrados de pesticidas e redução do uso de fertilizantes químicos;

h) Proteção da terra e dos direitos culturais dos povos indígenas.

9. Deve haver uma moratória nos investimentos em novos projetos para grandes represas, um grande aumento nos empréstimos para eficiência no uso final da energia e sua conservação;

10. Deve haver uma moratória em todos os empréstimos que poderão degradar a vida selvagem e destruir culturas e modos de vida tradicionais;

11. O Banco Mundial deve encontrar meios para auxiliar os pequenos produtores rurais, camponeses, criadores de gado e colonos a recuperar terras degradadas, particularmente nas áreas da floresta tropical, utilizando técnicas orgânicas de regeneração que permitam o uso continuado da terra;

12) Todos os que se manifestam sobre os perigos ecológicos e sociais não devem ser tratados como criminosos e sim louvados por seus esforços em prol da humanidade.

Todos os que se manifestam sobre os perigos ecológicos e sociais não devem ser tratados como criminosos e sim louvados por seus esforços em prol da humanidade



Michael Schwartzkopf

A DESORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL

Economistas, políticos, sindicalistas e personalidades de várias partes do mundo debateram, em Berlim, nos dias 23 e 24 de setembro, os grandes temas da ordem econômica internacional e a crise da dívida externa. A problemática não foi vista na perspectiva dos banqueiros internacionais, nem dos governos dos países ricos ou dos grupos com eles comprometidos. Partiu-se do reverso da história, daqueles milhões que sofrem, de forma aguda e dramática, os efeitos da política recessiva desses organismos internacionais. Organizado por dezenas de instituições internacionais e de vários matizes políticos, o Contracongresso reuniu mais de 4 mil pessoas e teve uma grande repercussão, a ponto de influenciar os debates da reunião do Banco Mundial e do FMI. A seguir, um resumo da declaração final do encontro.



Ricardo Arai

Há vários anos que os países devedores do Terceiro Mundo têm sido sujeitos à administração da crise pelas instituições financeiras internacionais do FMI e do Banco Mundial. Em cooperação com os bancos e os governos dos países credores, eles têm tentado resolver a crise da dívida em benefício destes últimos. Seu maior interesse é o sistema de crédito internacional e os lucros a longo prazo dos bancos credores. Sua preocupação é a crise monetária e o perigo que representam para o capitalismo internacional as repetidas crises financeiras e a recusa dos países devedores em pagar.

A crise do Terceiro Mundo é parte de uma ordem econômica que há séculos se tem caracterizado pela predominância dos países industrializados de hoje e a sistemática exploração das colônias ou dos países em desenvolvimento. Cancelar a dívida externa simplesmente não mudará essas estruturas. Tirar a carga da dívida dos ombros dos países do Terceiro Mundo, entretanto, é um pré-requisito vital para a solução de problemas sociais e econômicos, para a busca tão protelada de novos caminhos autodeterminados para o desenvolvimento. Se suas dívidas externas não forem canceladas, os movimentos de oposição no Terceiro Mundo não terão espaço para agir. Portanto, apoiamos explicitamente a solicitação de um cancelamento imediato e extensivo da dívida externa, tal como pedem os países mais afetados pela crise.

Uma nova ordem econômica

Além do cancelamento da dívida, devem ser feitas alterações extensivas. Mudanças na divisão internacional do trabalho, nas relações internacionais e de poder são essenciais, se quisermos encontrar uma solução duradoura para a crise da dívida externa e uma saída do círculo vicioso de dependência e pobreza no Terceiro Mundo. Também apelamos para uma mudança nas relações internas de poder e de exploração, contra as quais o povo se revolta e que, por sua vez, são mantidas pelas estruturas de nossa ordem econômica capitalista internacional e as políticas geoestratégicas dos países industrializados.

— Propomos a solidariedade internacional dos povos e de seus movimentos contra a lógica assassina do mercado mundial, contra o princípio da maximização do lucro e contra o poder das companhias multinacionais, bancos e governos ditatoriais. Somente dentro da moldura de relações econômicas não-hierarquizadas, que levem em conta as necessidades de desenvolvimento de todos os países, podem ser praticados os direitos humanos, inclusive os direitos econômicos e sociais e o direito ao desenvolvimento.

— A soberania política e econômica das nações em desenvolvimento tem de se tornar uma realidade. Sua dependência do mercado mundial, das companhias e bancos transnacionais, das organizações financeiras internacionais e dos governos ocidentais devem terminar. Isso inclui, particularmente, o controle sobre seus recursos naturais, o direito de expropriar companhias transnacionais de acordo com as leis do país e de procurar seu próprio caminho para o desenvolvimento.

— Uma das mais importantes bases das estruturas de exploração do mercado mundial capitalista é a subjugação das mulheres, a desvalorização de seu trabalho e de seus corpos. Elas são domesticadas e manipuladas como recursos exploráveis. Portanto, a luta contra a lógica do mercado mundial implica em que as mulheres retomem o controle de sua vida, seu trabalho e seu corpo e superem as divi-

sões do trabalho baseadas no sexo, que se fundamentam na sistemática desvalorização do trabalho da mulher.

— Uma nova ordem econômica deve trazer e promover alternativas à exploração sistemática da natureza. Novas estruturas de produção e consumo internacional devem ser desenvolvidas e baseadas numa nova relação não-exploradora entre a humanidade e a natureza.

Todas essas questões precisam ser totalmente discutidas. Uma nova ordem econômica, entretanto, não pode ser criada no vácuo nem ser deixada à boa vontade dos governos. Sua futura estrutura dependerá da luta dos povos e de seus movimentos. Mas uma coisa é certa: ela só pode ser realizada se as relações internacionais forem total e radicalmente democratizadas e se superarmos a dinâmica destrutiva que o mercado mundial adquiriu e que leva à fome, à destruição da natureza, ao armamento excessivo e à guerra.

Nossa resistência, nossa solidariedade

Nossa solidariedade com os movimentos de libertação do Terceiro Mundo tem de ser posta em prática política em vários níveis: devemos promover novos métodos de produção e estilos de vida e buscar a solidariedade e uma nova relação não-exploradora com a natureza; as mulheres devem lutar contra a perda de poder e de dignidade que tem sido provocada por estruturas patriarcais; temos de questionar nossos padrões de consumo e nosso estilo de vida; continuaremos e intensificaremos nossa solidariedade política e material com movimentos sociais, políticos e de libertação no Terceiro Mundo.

Nós, participantes do Contracongresso Internacional, por ocasião da reunião do FMI e do Banco Mundial em Berlim Ocidental, apelamos para a continuação de nossa nascente cooperação. Fazemos uso dessa oportunidade para desenvolver um novo movimento internacionalista.

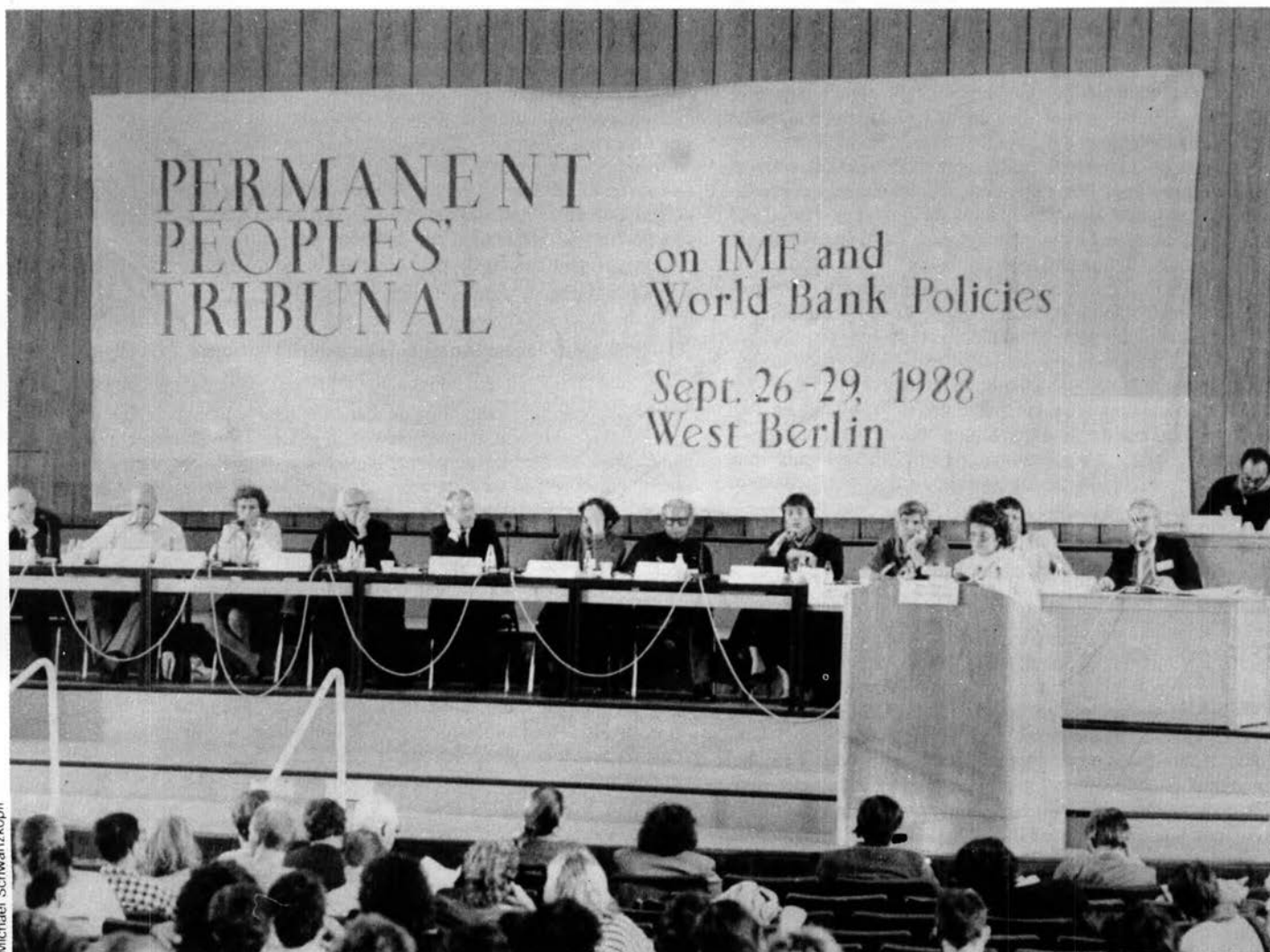
A dinâmica do Contracongresso

O Contracongresso foi dividido em fóruns que debateram as seguintes questões:

1. O atual sistema econômico mundial: estrutura e atores — o papel dos bancos e das multinacionais.
2. O papel do FMI e do Banco Mundial: o direcionamento político no sistema econômico mundial.
3. A segurança militar dominante no sistema econômico mundial.
4. As consequências sociais do direcionamento da crise.
5. Política energética mundial e a sua relação com o Banco Mundial: a política ecológica do FMI e do Banco Mundial.

Depois de intensa discussão, onde a participação de economistas e sindicalistas foi muito significativa, passou-se para uma nova etapa dos trabalhos, na linha das perspectivas. Os fóruns enfocaram principalmente:

1. Perspectivas para uma nova ordem econômica mundial.
2. FMI e Banco Mundial: desativar ou reformar?
3. Conceituação a respeito da eliminação parcial ou global da dívida.
4. Resistência e estratégia de liberação nos movimentos sociais do Terceiro Mundo e nos países industrializados.
5. Experiências de políticas econômicas alternativas em importantes países industrializados — consequências para o Terceiro Mundo.



TRIBUNAL DA DIGNIDADE

O FMI e o Banco Mundial foram condenados, em Berlim, pelo Tribunal Permanente dos Povos (antigo Bertrand Russel). As nações subdesenvolvidas não suportam mais a política recessiva imposta pelos organismos financeiros mundiais e pedem uma nova ordem econômica internacional

A existência de um direito internacional que, em tese, regula as relações entre os países do mundo esbarra em contradições quase nunca contempladas em lei. Como por exemplo, julgar mecanismos econômicos que levam um ou um grupo de países a ser dependente de outro? Ou ainda, como interferir em situações de violação dos direitos humanos? Dessas questões fundamentais nasce o direito dos povos que, sem estabelecer regras ditadas pelos Estados, incorpora as reivindicações e exigências das nações, especialmente as mais oprimidas. É um direito que nasce dos fatos, do exame da realidade confrontado com o mais elementar princípio dos povos: a auto determinação.

O Tribunal Permanente dos Povos, organizado pela Fundação Internacional Lelio Basso e a Liga Internacional pelos Direitos e Libertação dos Povos, é uma instância que dá corpo a esse direito em formação. Sua missão é promover o respeito universal aos direitos fundamentais dos povos, das minorias e dos indivíduos examinando as causas das violações desses direitos e denunciando seus infratores à opinião pública mundial. A sentença emitida pelo Tribunal é simbólica, ou seja, não tem poder de aplicabilidade sobre Estados, governos ou instituições, objetos de seu julgamento. Mas, ao recolher os princípios da consciência jurídica universal, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o convênio internacional para a prevenção e repressão do genocídio e as resoluções para uma Nova Ordem Econômica Internacional, o Tribunal Permanente dos Povos transforma-se num poderoso instrumento de ordem moral.

Foi isto que ocorreu de 26 a 29 de setembro, em Berlim, com a realização de mais uma sessão do Tribunal que julgou a política dos organismos financeiros internacionais. Organizado paralelamente à reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que trouxe à cidade alemã os maiores banqueiros do mundo, o Tribunal, por sua força ética, tornou-se um acontecimento impressionante. O júri, formado por respeitáveis personalidades de diversos países, ouviu os economistas, cientistas sociais e políticos, a defesa do FMI e do Banco Mundial feita pelo economista norte-americano Robert Triffin e, finalmente, apresentou seu veredito unânime: não é mais possível suportar a atual ordem econômica e política recessiva, que prejudica os países pobres e favorece as nações mais desenvolvidas.

A Organização das Nações Unidas tem reiterado a necessidade de se criar um código de crimes contra a paz e a segurança da humanidade através de uma jurisdição permanente. Isto não passa ainda de intenção e reforça o caráter de um tribunal de opinião que não está identificado como um órgão instituído pelos Estados em função do direito internacional vigente. Ao aplicar outras regras do direito, principalmente no que diz respeito à análise das causas da violência, da fome e da miséria, o Tribunal suplanta os Estados que não coincidem com as aspirações de seus povos e lança, no limiar do século 21, as luzes para a conformação de uma nova consciência internacional que respeite a autodeterminação e soberania das nações.

A missão do Tribunal é promover o respeito universal aos direitos fundamentais dos povos, das minorias e dos indivíduos, examinando as causas das violações desses direitos e denunciando seus infratores

O Tribunal Permanente dos Povos teve a participação de personalidades de vários países. A abertura, no dia 26 de setembro, foi feita pelo prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel. Os efeitos da política dos organismos financeiros na América Latina foram apresentados por Xabier Gorostiaga (Nicarágua), Jabier Mujica Petit (Peru), Ricardo Perez (Argentina), David Abdulah (Trinidad-Tobago) e Jorge Valiente Guilpidor (indígenas latino-americanos). O Brasil esteve representado por Aloizio Mercadante Oliva, Paulo Schilling e Angelo Pansa. O ex-ministro Dilson Funaro, convidado para abordar a questão da dívida externa, não compareceu.

Ainda como "vítimas" — no caso, os países subdesenvolvidos — falaram representantes do Zimbábue, Tanzânia, Libéria, Zâmbia, Irlanda, Hungria e Filipinas. As mulheres e a natureza também foram temas de apreciação e discussão.

O corpo de jurados foi integrado por quinze personalidades, entre elas o escritor uruguaio Eduardo Galeano, o ex-arcebispo de Cuernavaca, Sergio Mendez Arceo, e o ativista dos direitos humanos Adolfo Perez Esquivel.

Quem faz o tribunal

O italiano Lelio Basso dedicou boa parte de sua vida à defesa dos direitos dos povos, mas não chegou a ver a concretização de seu maior sonho: o Tribunal Permanente dos Povos, lançado oficialmente em 24 de junho de 1979, em Bolonha, Itália.

O júri do Tribunal é composto atualmente por 61 membros, nomeados pelo conselho da Fundação Internacional Lelio Basso. São pessoas que gozam de uma reputação moral indiscutível, tanto no campo jurídico como nas áreas científica, artística, religiosa e política. Dois brasileiros, o governador Miguel Arraes e o pedagogo Paulo Freire, fazem parte do júri, que tem um mandato de três anos. Seu atual presidente é o jurista François Rigaux, da Bélgica.

Todas as fontes legais e o material reunido para ditar as sentenças são conservados pelo Centro sobre o Direito dos Povos, mantido pela Fundação. As sentenças são enviadas às principais instâncias internacionais, como a Sub-comissão de Direitos Humanos da ONU. Através de suas organizações, os povos em luta assumem as resoluções do Tribunal que servem como um instrumento político para sua afirmação na comunidade internacional.

Desde 1979, o Tribunal já emitiu sentenças sobre os seguintes casos: Saara Ocidental (novembro/79), Argentina (maio/80), Eritreia (maio/80), Filipinas e o povo Bangsa-Moro (outubro/80), El Salvador (fevereiro/81), Afeganistão, primeiro capítulo (maio/81), Timor Oriental (junho/81), Zaire (setembro/82), Afeganistão, segundo capítulo (dezembro/82), Guatemala (janeiro/83).

JULGAMENTO E CONDENAÇÃO DO PODEROSO CAVALEIRO DOM DINHEIRO

Eduardo Galeano

Eles têm mais poder que os reis e os marechais e o próprio Papa de Roma. Honoráveis filantropos, praticam a religião monetarista, que adora o consumo no mais alto dos seus altares. Nunca sujam as mãos. Não matam ninguém: limitam-se a aplaudir o espetáculo. Suas imposições chamam-se recomendações. Denominam as atas de rendição de cartas de intenção. Sempre que dizem "estabilizar", querem dizer: derrubar. Chamam a fome de austeridade e de cooperação a ajuda que a corda presta ao pescoço.

Os grandes banqueiros e os maiores tecnocratas do mundo reuniram-se em Berlim no final de setembro. Imensas manifestações de protesto sucederam-se, dia após dia, enquanto era rea-

lizada a assembléia do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Contra o terrorismo do dinheiro ressoaram os tambores da indignação popular, atormentando ouvidos mais acostumados com as ladainhas dos mendigos de colarinho e gravata.

Paralelamente, na universidade, reuniu-se um tribunal simbólico, integrado pelos prêmios Nobel Adolfo Pérez Esquivel e George Wald, bem como por vários juristas, homens de ciência, artistas, políticos, ecologistas e ativistas dos direitos humanos. Perante eles, perante nós, prestaram testemunho as vítimas dos banqueiros, que vieram de diversos países do Terceiro Mundo. Suas denúncias não foram em vão. As vítimas:

Quanto mais pagam, mais devem.

Quanto mais recebem, menos têm. Quanto mais vendem, menos cobram. Precisam trabalhar cada vez mais para ganhar cada vez menos.

Necessitam cada vez mais produtos próprios para receber cada vez menos produtos alheios.

Uma avó desalmada

O bispo Eamonn Casey nos contou que na Irlanda a atual crise financeira empobrece os pobres e castiga a saúde pública, a educação pública e os serviços sociais, e Andrea Szegő, da Academia de Ciências da Hungria, nos disse que os países do leste da Europa não estão a salvo da armadilha da dívida. Ela advertiu-nos sobre o perigo da desestabilização política no le-



te e referiu-se a um possível "socialismo prisioneiro" da jaula do Fundo Monetário.

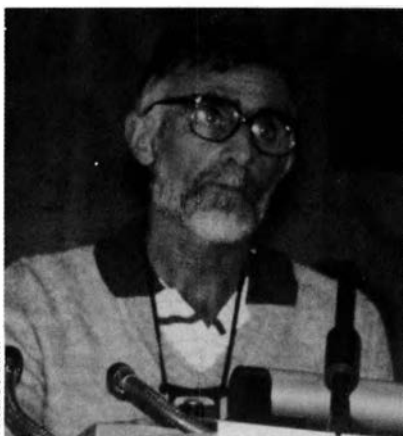
Os países subdesenvolvidos, historicamente atropelados pelo desenvolvimento dos desenvolvidos, foram condenados à escravidão por dívidas. Nos mesmos, a polícia financeira internacional vigia e manda: estabelece geralmente o nível dos salários e dos gastos públicos, os investimentos e os desinvestimentos, os juros, as taxas alfandegárias, os impostos internos e todo o resto, com exceção da hora de saída do sol e da frequência das chuvas.

Os traficantes vendem a droga, porém não a consomem. Os países ricos, que impõem aos pobres a liberdade de mercado, praticam o mais rigoroso protecionismo. Os Estados Unidos são o país que mais deve no mundo. Sua dívida externa equivale praticamente à de toda a América Latina. Mas eles não aplicam a receita do FMI pela simples razão de que o FMI, como o Banco Mundial, lhes pertence: possuem 20% dos votos, e isso equivale ao direito de veto. Como diz uma velha e certa piada, nos Estados Unidos não há golpes militares porque lá não há embaixada dos Estados Unidos.

A febre guerreira do presidente Reagan empobreceu muita gente naquele país, mas apesar disso uma operária de uma fábrica de Chicago ainda ganha em uma hora o que uma cozinheira de Lima ganha em um mês.

Que aconteceria se o FMI aconselhasse apertar o cinto? André Gunder Frank nos respondeu: "O Congresso dos Estados Unidos rejeitaria em altos brados esta inaceitável violação de soberania".

"A dívida externa é um assunto de soberania", nos disse o economista filipino Manuel Montes, falando



Ricardo Arnt

de um país que destina cerca de metade das exportações ao pagamento dos juros da fortuna levada pelo ditador Marcos.

O governo democrático da Argentina, que herdou da ditadura militar uma dívida multiplicada por seis, discute o orçamento nacional com o Fundo Monetário, em Washington, antes de submetê-lo ao poder legislativo em Buenos Aires. Alfredo Eric Calcagno denuncia também que nos atuais contratos de dívida a Argentina renuncia explicitamente à sua imunidade de Estado soberano, consagra a usura e dá de presente 700 milhões de dólares de impostos anuais. Em Berlim, ante o tribunal, Calcagno se perguntou até quando a cãndida Erêndira continuará obedecendo a sua avó desalmada.

A liberdade do dinheiro

"Ensinam-nos que não podemos ser donos do nosso destino", nos explicou David Abdulah, sindicalista de Trinidad e Tobago: "Assim, os países ricos podem exportar tranquilamente a sua crise e financiar sua moderniza-

Os projetos para o fomento das exportações do Brasil estão arrasando a floresta amazônica. Segundo o padre Ângelo Panza, que vive na região, em 1987 as multinacionais ocuparam um espaço equivalente ao território da Alemanha Federal

ção. A dívida externa está financiando a segunda revolução industrial do Ocidente".

Togba Nah Tipoteh foi ministro da Libéria e presidente do grupo africano de governadores do Fundo Monetário e do Banco Mundial. "É o novo colonialismo", nos disse. "Em que consiste sua política no meu país? Consiste em reduzir os custos de produção das empresas multinacionais e em aumentar suas taxas de lucro". O ex-ministro do Planejamento da Tanzânia, Abdulrahman Babu, nos disse que essa política implica em crimes "piores que o do colonialismo". Os técnicos do seu país estimam em 100 milhões de dólares por dia a contribuição da África, por diversas vias, para a prosperidade do Ocidente.

No Peru, o desafio do presidente Alan García não passou de retórica, e hoje em dia ele está aplicando a devastadora fórmula de estabilização do FMI. Em sua exposição, Javier Mujica, assessor dos sindicatos peruanos, afirmou que aos organismos financeiros internacionais deveria ser aplicada a norma jurídica internacional que de-

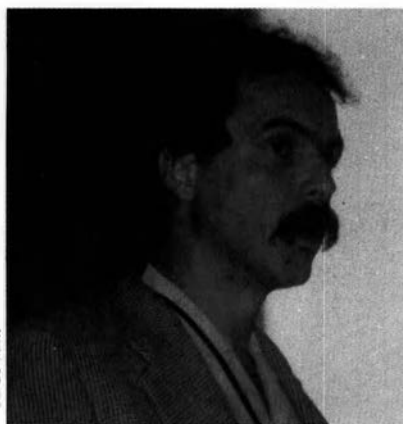


O economista Aloizio Mercadante observou que o Brasil é o quarto exportador mundial de alimentos, mas dois de cada três brasileiros comem menos do que o necessário. O desenvolvimento para fora mente suas contradições no fetichismo dos números

fine e condena o genocídio.

Todos pagam o que poucos gastam. Para poucos, a festa. Para todos os demais, os pratos quebrados. Privatizam-se os lucros, socializam-se as falências. O povo financia a repressão que o castiga e o esbanjamento que o trai. Os empréstimos internacionais convertem-se em dívida externa dos países e em fuga de capitais dos donos dos países: milionários latino-americanos, por exemplo, cuja capacidade de desperdício provoca complexos de inferioridade incuráveis nos xeques árabes; ou ditadores de qualquer lugar.

A banca internacional preocupa-se com a liberdade do dinheiro, não com a liberdade das pessoas. Quando se refere ao general Pinochet, o *Financial Times* tem dificuldade para dissimular o seu orgulho. A Declaração Universal dos Direitos Humanos está fazendo quarenta anos, e seria bom recordar esse aniversário àqueles que recompensam os golpes de Estado proporcionando uma volumosa quantia de dólares aos generais que abaterão os custos de produção mediante a baixa violenta dos salários dos operários. Numerosas declarações de amor e importantes empréstimos receberam as ditaduras militares da Argentina, Chile e Uruguai, que assim multiplicaram a divi-



Ricardo Arnt

da externa dos seus respectivos países. Trinta vezes cresceu a dívida externa do Brasil, nos anos da ditadura militar. O Banco Mundial e o FMI elogiaram entusiasticamente a "política modelo" do voraz Marcos, nas Filipinas. No Zaire, Mobutu tem recebido tudo o que tem pedido, e tem roubado tudo o que tem recebido. Dias antes da sua fuga, enquanto caíam bombas sobre o povo da Nicarágua, Somoza continuava recebendo dinheiro do Fundo Monetário Internacional. Depois, o país esvaziado teve de responsabilizar-se por esses presentes de despedida e pelos muitos empréstimos outorgados a Somoza para fazer a guerra contra seu país e roubar o que sobrasse.

Em compensação, agora a Nicarágua não recebe um tostão. Para as finanças mundiais, converteu-se em um país pária. O embaixador Carlos Argüello leu para nós uma carta reveladora. A 30 de janeiro de 1985, o norte-americano George Schultz ordenou ao mexicano presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento que cancelasse um crédito já concedido para a Nicarágua. O crédito foi cancelado.

Para os governos do Terceiro Mundo que querem transformar a realidade em vez de administrá-la, não há fundos. Basta recordar aquela frase de

Henry Kissinger, na época de Salvador Allende: "Faremos a economia chilena gritar de dor".

Fetichismo dos números

Através dos empréstimos, a tecnocracia impõe um modelo de desenvolvimento alheio às necessidades reais de cada país, promovendo o consumo artificial e estimulando um modo de vida importado, desperdiçando os recursos naturais, idolatrando a moeda e desprezando as pessoas e a terra.

Falou Vandana Shiva, e pela sua boca falou a Índia: "O FMI, o Banco Mundial e seu conceito de desenvolvimento violaram a minha integridade. Eles transformaram o desenvolvimento em uma palavra sagrada, mas em nome do mesmo violaram os ciclos e as leis da natureza, destruíram bosques e criaram desertos, envenenaram meu solo, minha água, meu ar. A medicina de Bretton Woods está matando a Índia".

Os projetos para o fomento das exportações do Brasil, com financiamento direto ou luz verde destes organismos, estão arrasando a floresta amazônica e exterminando os índios. Segundo nos disse o padre Ângelo Pansa, que vive na região, no ano passado as grandes empresas multinacionais ocuparam um espaço que tem o tamanho da Alemanha Federal. Sobre o Paraguai, Ana María Fernández nos ofereceu um testemunho similar: "O Banco Mundial está financiando projetos de desenvolvimento que implicam em etnocídio contra as comunidades indígenas..."

Do ponto de vista dominante, desenvolvimento equivale a exportação, do mesmo modo que cultura equivale a importação. De fora, dos grandes centros metropolitanos, vêm, a preços altíssimos, as idéias e os símbolos que são prestígio e poder, enquanto no mercado mundial vendem-se produtos baratos e braços baratos. O africano Abdulrahman Babu nos contou que a Etiópia, onde um milhão de pessoas morreu de fome, está vendendo carne para a Inglaterra. O economista Aloizio Mercadante observou que o Brasil é o quarto exportador mundial de alimentos, mas dois de cada três brasileiros comem menos do que o necessário. O desenvolvimento, desenvolvimento para fora, mente suas ferozes contradições nos esquemas abstratos e no fetichismo dos números. Davison Budhoo, que renunciou ao seu alto cargo no FMI, salientou os riscos da consagração de certos índices econômicos, co-

O economista Paulo Schilling citou as artes malabarísticas dos banqueiros e descreveu um típico paraíso fiscal, as Ilhas Cayman, no mar do Caribe, de apenas 21 mil habitantes, onde operam 17,5 mil empresas financeiras multinacionais



Ricardo Arnt

mo o Produto Nacional Bruto: com relação à população, o PNB da Nigéria é quatro vezes maior do que o da Tanzânia, mas a Tanzânia tem menos analfabetismo e menos mortalidade infantil do que a Nigéria, e tem maior expectativa de vida, mais camas de hospital e mais mulheres na universidade.

O sacerdote jesuíta Xabier Gorostiaga chamou a nossa atenção para o fato de que a violenta e desesperada crise da América Central eclodiu numa região que, de 1950 a 1978, ostentara os índices de crescimento econômico mais altos do mundo. Durante esses 28 anos, a América Central teve, segundo as estatísticas, o maior desenvolvimento regional de toda a história econômica da humanidade. As estatísticas passavam muito bem. As pessoas, em troca, muito mal.

A ajuda desajuda

Quem trata de doentes, vende o remédio. Remédio duvidoso, esta sangria que diz curar a anemia. O remédio é outro nome da doença: novos empréstimos pagam os velhos empréstimos, e a dívida multiplica-se misteriosamente. Entre 1973 e 1985, o Brasil pagou bem mais do que recebeu, porém em 1985 o Brasil devia nove vezes mais do que em 1973. O Citibank, que tem 6% dos seus investimentos no Brasil, recebe do Brasil 25% dos seus lucros mundiais. Na Argentina e no México, a maior parte da dívida corresponde a um dinheiro que jamais entrou nesses países. O dinheiro desvaneceu-se antes de chegar, por arte de mágica, pelo caminho. Referindo-se às artes malabarísticas dos banqueiros, Paulo Schilling nos descreveu um típico paraíso fiscal, as Ilhas Caymán, no mar do Caribe, que têm 21 mil habitantes: lá operam 17,5 mil empresas financeiras multinacionais.

Todos os testemunhos que escutam em Berlim atribuíram pragas e pestes ao Fundo Monetário e ao seu irmão gêmeo, o Banco Mundial: ruína da moeda, queda dos salários e do nível de vida da população, liquidação da saúde pública e da educação pública, destruição da natureza.

Mas os países ricos costumam usar o FMI para jogar a pedra e esconder a mão, e freqüentemente os governos do Terceiro Mundo invocam este satânico superpai para justificar a sua impotência: "O Fundo não nos permite..." Para uns e outros, o FMI opera como um perfeito álibi.

"Todo o sistema está em processo, e não apenas as suas instituições finan-



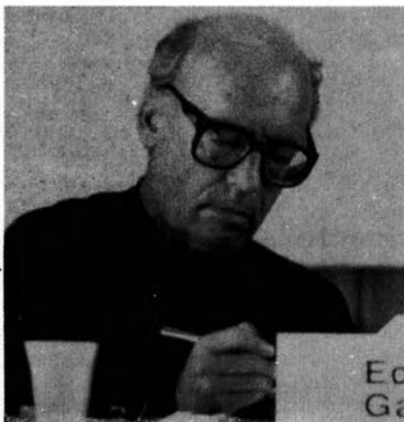
Ricardo Arnt

ceiras", assinalou Yash Tandon, do Zimbábue. Na verdade, o Fundo Monetário e o Banco Mundial são apenas engrenagens de um sistema mundial de poder. Esse sistema, que está jogando muito perigosamente a roleta russa da especulação desenfreada, rouba com uma mão muito mais do que empresta com a outra. No seu relatório de 16 de agosto de 1987, o secretário geral das Nações Unidas afirma que em 1986 os países pobres perderam 94 milhões de dólares devidos à deterioração dos preços no comércio com os países ricos. Os produtos do chamado Terceiro Mundo estão recebendo, no chamado mercado internacional, os piores preços do último meio século.

O privilégio da irresponsabilidade

Sim, o FMI é um instrumento. Está integrado por 150 países, porém os dez países mais ricos do mundo dispõem de mais da metade dos votos. As grandes finanças internacionais são um monopólio de poder, uma ditadura do Norte sobre o Sul.

Mas este caráter instrumental, a serviço de um sistema maior, não significa inocência. A tecnocracia costuma reivindicar o privilégio da irresponsabilidade. O técnico, o tecnocrata, lavam



Michael Schwartzkopf

Para Xabier Gorostiaga, a violenta crise da América Central eclodiu numa região que, de 1950 a 1978, ostentara os índices de crescimento econômico mais altos do mundo. As estatísticas passavam bem. As pessoas, em troca, muito mal

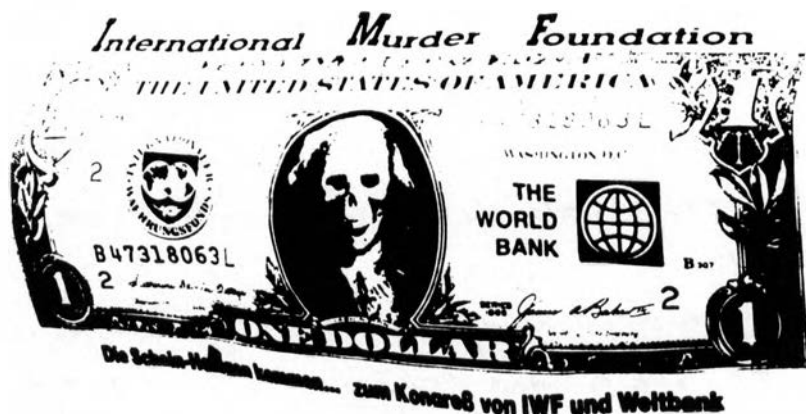
as mãos. No entanto, embora nas cartas de intenção não figurem explicitamente a concentração da riqueza, nem a multiplicação da pobreza, nem a violação da soberania nacional, tudo isso está implícito nelas. E embora seja verdade que os desaparecidos e os torturados não se mencionem nos planos de ajuste, também é verdade que são sua consequência natural. Os que programam o sacrifício dos salários não são inocentes da consequente repressão contra o movimento operário. A receita do FMI cobra um preço de sangue e fogo, e nesse sentido os tecnocratas integram a mesma equipe que os torturadores, os carrascos e os inquisidores.

Parece-me positivo recordar esta responsabilidade da técnica e da ciência. Pois, ressaltando com o devido respeito todas as diferenças, não posso deixar de assinalar um acaso, talvez significativo: esta reunião, nossa reunião, foi celebrada a poucos metros do lugar onde Joseph Mengele fazia as suas experiências, em nome da ciência, com crianças trazidas dos campos de concentração.

Eduardo Galeano, uruguaio, é jornalista e escritor. Autor, entre outros, de *As veias abertas da América Latina* (Paz e Terra).

A receita do FMI cobra um preço de sangue e fogo e, nesse sentido, os tecnocratas integram a mesma equipe que os torturadores, os carrascos e os inquisidores. Para Galeano, a técnica e a ciência têm que ser lembradas dessa responsabilidade

FMI E BANCO MUNDIAL CONDENADOS



O processo diante do Tribunal trouxe à luz outras responsabilidades, como a responsabilidade dos governos representados nas juntas diretivas, a responsabilidade dos Estados Unidos ao contribuir para a degradação dos mercados financeiros através de seu gigantesco déficit para cobrir seus gastos militares, sem aumentar impostos, mas também a responsabilidade do Japão e da República Federal da Alemanha, que usam seu capital excedente para financiar o déficit americano em vez de transferir esses recursos para os países do Terceiro Mundo. O impacto negativo das companhias transnacionais foi também enfatizado. Antes de pronunciar a sentença, o Tribunal Permanente dos Povos observa que o seu julgamento limita-se ao processo para o qual ele foi convocado.

O Tribunal decide que:

1. O Banco Mundial e o FMI violam a Carta das Nações Unidas, já que eles não têm promovido altos padrões de vida, nem pleno emprego, condições de progresso e desenvolvimento econômico e social, nem têm promovido respeito universal pela observância de direitos humanos e liberdades fundamentais para todos sem

distinção de raça, sexo, idioma ou religião, determinando pelos artigos 1.3 e 55 da Carta.

Além disso, eles têm violado o direito de soberania de Estados individualmente e os direitos de povos à autodeterminação.

2. O Banco Mundial e o FMI violam suas próprias constituições, já que não têm contribuído para a promoção e manutenção de altos níveis de emprego e de renda real nem para o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os seus membros como objetivos primordiais da política econômica como requerem o artigo 1º da Constituição do FMI e artigo 1º da Constituição do Banco Mundial.

Além disso, o crédito concedido aos governos ditatoriais têm sido com frequência desviado para armas usadas contra o povo, ou investido em bancos estrangeiros sem ser aplicado em desenvolvimento, saúde, educação e programas de alimentos.

3. O Banco Mundial tem sido negligente ao conceder empréstimos sem examinar, de forma apropriada, as necessidades das nações devedoras, nem tem considerado completamente as possibilidades de as nações devedoras

pagar seus débitos. A política de ajuste estrutural do FMI e Banco Mundial tem causado a transferência líquida de recursos dos países devedores para os países credores. Conseqüentemente, o nível de vida nos países devedores tem deteriorado. O meio ambiente tem sido irreversivelmente danificado e o habitat de populações indígenas tem sido destruído. O pagamento de indenizações deveria, portanto, ser considerado. Através dessas práticas, o FMI e o Banco Mundial deram legitimação ilusória às estratégias de acumulação dos países industriais, companhias transnacionais e do capital financeiro internacional, o que levou à desastrosa situação atual da dívida externa. Desastre que coloca em perigo não somente o presente, mas também o futuro de muitas nações.

4. Considerando as condições políticas e econômicas que a geraram, o não pagamento da dívida pode ser justificado pelo princípio de "necessidade de defesa", que é aceito pelos tribunais internacionais como defesa válida quando o pagamento de obrigações financeiras poderia prejudicar gravemente o nível de vida da população de um país, como é o caso de todos os países do Terceiro Mundo.

DÍVIDA EXTERNA

O PAPEL DOS CRISTÃOS

PAZ E HARMONIA
A - SAPORÉMBRA - BELEM



Douglas Mansur

As igrejas e os cristãos têm um papel a cumprir na solução dos problemas causados pelo atual sistema monetário internacional. Sua distorção maior, a dívida externa, impede o desenvolvimento dos países devedores e joga os povos numa situação crescente de miséria e empobrecimento. Essas questões foram discutidas de 21 a 24 de agosto, em Berlim, no "Fórum ecumênico sobre o sistema monetário e a responsabilidade das Igrejas", patrocinado por mais de vinte entidades e grupos ecumênicos da Alemanha, com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas e da Federação Luterana Mundial. Depois de ouvirem o depoimento de trinta testemunhas sobre as consequências da dívida externa na economia dos países endividados, representantes de diversas nações, especialmente do Terceiro Mundo, concluíram: as soluções devem ser urgentes e passam pelo engajamento dos cristãos na luta por uma nova ordem econômica internacional. *Tempo e Presença* publica uma síntese da declaração final do Fórum

A crise da dívida caracteriza-se por um fluxo líquido de recursos dos países empobrecidos para os países industrializados. Esse fenômeno tornou-se o único obstáculo de relevância à obtenção de um padrão de vida decente para os povos dos países devedores.

Essa distorção da economia mundial também tem um impacto negativo nos países não-devedores. O consequente desequilíbrio do comércio internacional está impedindo o crescimento econômico mundial. Tem levado, ainda, ao aumento do desemprego e da pobreza nos países industrializados. A crise da dívida está afetando os povos do Primeiro e Terceiro Mundos. A responsabilidade pela solução do problema deve, pois, ser compartilhada.

Origens

Os representantes do governo alemão e das instituições de Bretton Woods concordaram com as testemunhas do Terceiro Mundo em que a crise da dívida tem causas internas e externas. Entretanto, divergiram quanto à importância atribuída a umas e outras. Além disso, houve grande discordância quanto à natureza da crise. Os representantes do Terceiro Mundo consideraram como principal problema a deterioração da situação dos setores pobres da sociedade. Os representantes do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) enfatizaram a necessidade de se restabelecer a confiança entre credores e devedores e a adaptação dos países endividados à dura realidade do mercado mundial. Enquanto os representantes do Banco e do FMI desejam manter os fluxos de capital para os países do Terceiro Mundo, uma testemunha da América Latina disse que a entrada de capital estrangeiro tinha tornado as economias em desenvolvimento "viciadas em dólar" desde o final da década de 50.

Legitimidade

Testemunhas do Terceiro Mundo questionaram reiteradamente grandes parcelas da dívida. Os empréstimos que foram contraídos por regimes opressores para financiar importações de armas ou se perderam na fuga de capitais e na corrupção não devem ser pagos. Fatores que escapam ao controle dos devedores como a flutuação das taxas de juros, o protecionismo dos mercados externos e os termos adversos do comércio internacional também levantaram a

questão da legitimidade. Os representantes das instituições de Bretton Woods pareciam considerar como líquida e certa a obrigação dos devedores de pagar o serviço de suas dívidas. Observou-se, também, que o direito internacional vigente e as instituições existentes, que poderiam ter lidado com a questão da legitimidade de outra forma, ainda refletiam a desigualdade de poder fundamental entre devedores e credores.

Administração

Os representantes das instituições de Bretton Woods reiteraram sua preferência por uma abordagem caso a caso. Questionaram a viabilidade de qualquer estratégia generalizada para todos os países do Terceiro Mundo. Ao contrário, estratégias abrangentes (como um teto para o serviço da dívida igual a uma porcentagem dos ganhos com a exportação) foram defendidas por representantes do Terceiro Mundo.

Algumas testemunhas enfatizaram as ligações econômicas e políticas entre a dívida, as importações de armas e a luta contra a pobreza. Além de ser uma utilização ineficiente de recursos, as importações de armas em muitos países são usadas para suprimir os direitos humanos. Apoiados por armas e dinheiro externos, os regimes opressores estão desse modo utilizando a força para anular a resistência do povo aos programas destinados a beneficiar somente as elites.

Sentimos que as análises conflitantes refletem modelos diversos de desenvolvimento: um baseado numa determinada noção de eficiência através do mercado, e outro baseado num compromisso comum com a justiça.

Custos humanos

As testemunhas depuseram sobre os efeitos do sistema econômico internacional nos países da América Latina e Ásia e apontaram a pobreza e a violação dos direitos humanos como suas preocupações principais.

O sistema tem produzido imensas desgraças. A crescente monetarização, o capital e a tecnologia externos e as pressões para exportar têm destruído a agricultura de subsistência e eliminado empregos. As migrações para as cidades e países estrangeiros estão minando os laços da comunidade. A falta de esperança e a frustração levam inevitavelmente à violência e à luta civil. Em virtude disso, algumas testemunhas disseram que já não mais reconhecem suas próprias sociedades.

Os representantes dos países do Sul acentuaram que qualquer solução para a crise da dívida deve não só trazer uma real redução de dívidas passadas, mas também criar condições para um desenvolvimento permanente. A produção e a distribuição de recursos devem ser baseadas nas necessidades dos pobres.

Alternativas

Reforma agrária, democratização e preservação do meio ambiente são essenciais. As relações com a economia global devem ser baseadas na soberania econômica e política. Isso implica num maior grau de orientação para o mercado interno por parte da economia dos países em desenvolvimento, especialmente em circunstâncias externas adversas como as atuais.

Algumas propostas sobre a dívida externa foram apresentadas e discutidas:



Dívida externa: efeitos dramáticos

• Uma reversão do fluxo líquido de capital dos países em desenvolvimento para os países industrializados. Isso se conseguiria limitando-se o serviço da dívida a uma porcentagem de, por exemplo, 20% dos ganhos com as exportações, a eliminação da fuga de capitais e o repúdio aos empréstimos considerados ilegítimos.

• Uma redução substancial da carga da dívida através de um cancelamento geral. Especificamente, consideramos uma nova proposta da Unctad para cancelar 30% das dívidas comerciais.

• A idéia de uma condicionalidade alternativa (popular) aplicada ao sistema internacional de empréstimos, que, em vez de orientação para exportações e transferência de recursos, enfatizasse questões como a reforma agrária, o desenvolvimento de mercados internos, o aumento da produtividade de acordo com necessidades ecológicas a longo prazo e direitos trabalhistas.

• A introdução de processos de insolvência no direito internacional, da mesma forma por que são estabelecidos em alguns sistemas jurídicos nacionais. Isso exigiria o estabelecimento de um mecanismo para arbitragem internacional, cujas regras as nações teriam que respeitar.

• O planejamento e a implementação de programas adequados de ajustamento para os países industrializados do hemisfério Norte. Esses programas incluiriam políticas para contrabalancear as distorções da economia internacional, criadas pelos imensos déficits orçamentários e comerciais dos Estados Unidos, políticas de pleno emprego e reformas de políticas agrícolas que reduzem o acesso do Terceiro Mundo aos mercados.

Consideradas estas e outras propostas, concluímos:

1. São necessárias novas estratégias para enfrentar as graves situações de pobreza e violações dos direitos humanos. Não se pode esperar que essas novas estratégias venham dos que atualmente se incumbem de administrar a dívida e as políticas de ajustamento.

2. Propostas para enfrentar o problema da dívida devem transferir o peso da crise dos pobres para os mais capazes de suportá-lo.

3. Os movimentos populares devem ser identificados e apoiados como os principais agentes das políticas de reestruturação para um desenvolvimento permanente.

Teologia e ética

O sistema atual é caracterizado por uma racionalidade técnica que se afirma isenta de conceitos de valor, mas na realidade é orientada para a dominação através da posse e do acúmulo do capital. Assim, não promove o bem estar de todos nem cria relações justas. O sistema é um ídolo que exige crença absoluta.

Segundo os critérios teológicos-bíblicos de relações justas e de solidariedade, os seguintes elementos do sistema precisam ser repudiados: uma economia baseada na competição de indivíduos possessivos, estruturas de dependência, desigualdade de poder no FMI e no Banco Mundial, falta de proteção legal para os pobres, imposição antidemocrática de medidas destruidoras da natureza por parte dos governos.

Outro espírito, outra lógica e outra prática surgem da justiça de Deus, como revela a história bíblica. Desse modo, a economia não é apenas um problema ético mas também teológico. Deus liberta os fracos e oprimidos e lhes revela o seu desejo de relações alternativas, inclusive, por exemplo, a proibição da cobrança de juros para não empobrecer as pessoas. Em caso de estruturas injustas, Deus en-



João Roberto Ripper

Povos oprimidos: destino nas próprias mãos

via profetas e prescreve mecanismos corretivos (como o ano do Jubileu), que recuperam as bases da vida das pessoas que caíram na miséria.

Assim, a igreja deve escolher entre a lógica da morte e a misericordiosa ação de Deus em favor da vida da criação.

Conclusão

No final do encontro, duas importantes testemunhas, o dr. M. Montes e o dr. P. Potter, lembraram os cruciais desafios para os cristãos e as igrejas, especialmente dos países do Norte:

A crise da dívida expôs abertamente ao mundo os mecanismos ocultos de dominação e dependência pelos quais a maior parte dos povos do mundo está sendo estrangulada. À medida que esses fatos se tornam visíveis, os critérios têm que admitir que eles apenas mal começaram a lidar teologicamente com as relações econômicas.

Em situações de pobreza e opressão, as pessoas começaram a organizar-se. Elas já não esperam nada das instituições e tomam seu destino nas próprias mãos. Isso é um sinal de esperança.

Os cristãos nos países poderosos são desafiados a entrar numa solidariedade ativa com os movimentos do povo e a ficar a seu lado na luta pelos direitos humanos.

A decisão de se engajar nessa luta não pode esperar pela bênção explícita das igrejas, embora não se abdique da esperança de uma manifestação mais plena por parte da comunidade dos crentes.

Deve-se reconhecer que a maioria das igrejas, particularmente seus membros da classe média, é parte do problema antes de ser agente para a sua solução. A sua passividade e o seu farisaísmo é que devem ser superados.

A necessidade de unir esforços feitos pelo Conselho Mundial de Igrejas e outras agências ecumênicas para desenvolver e fortalecer os laços da solidariedade ecumênica entre pessoas e grupos que lutam pela justiça. Devem ser tomadas novas iniciativas para estabelecer redes de fortalecimento mútuo, a fim de confrontar e resistir às instituições dominantes, cuja influência enfraquece os princípios democráticos básicos.

A crise está aí. O apelo é claro. Acreditando que o Reino de Deus está próximo, continuamos a caminhar e Deus estará à nossa frente.

Saiba tudo o que Aconteceu com os Povos Indígenas no Brasil



A questão indígena tem sido alvo de profundos debates ao longo dos últimos anos: demarcação de terras indígenas, preservação do seu acervo cultural, direitos constitucionais etc.

Os cadernos ACONTECEU incorporam todas estas questões, com comentários, excelente iconografia, levantamento cartográfico e o apoio de colaboradores de excelente nível.

Povos Indígenas no Brasil 82, 107 pp., Cz\$ 966,00
 Povos Indígenas no Brasil 83, 248 pp., Cz\$ 2.760,00
 Povos Indígenas no Brasil 84, 332 pp., Cz\$ 3.910,00
 Povos Indígenas no Brasil 85/86, 448 pp., Cz\$ 9.200,00

Desconto de 40% para cada um dos volumes
 Desconto de 50% na aquisição de toda a coleção.

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 31/12/88

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI ou vale postal para a agência do Correio 403911 -- Santa Cecília -- SP



Leia e assine a revista Tempo e Presença

Assinatura anual Cz\$ 3.000,00 Assinatura de apoio Cz\$ 4.000,00
 América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Tempo e Presença é uma publicação mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares. Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

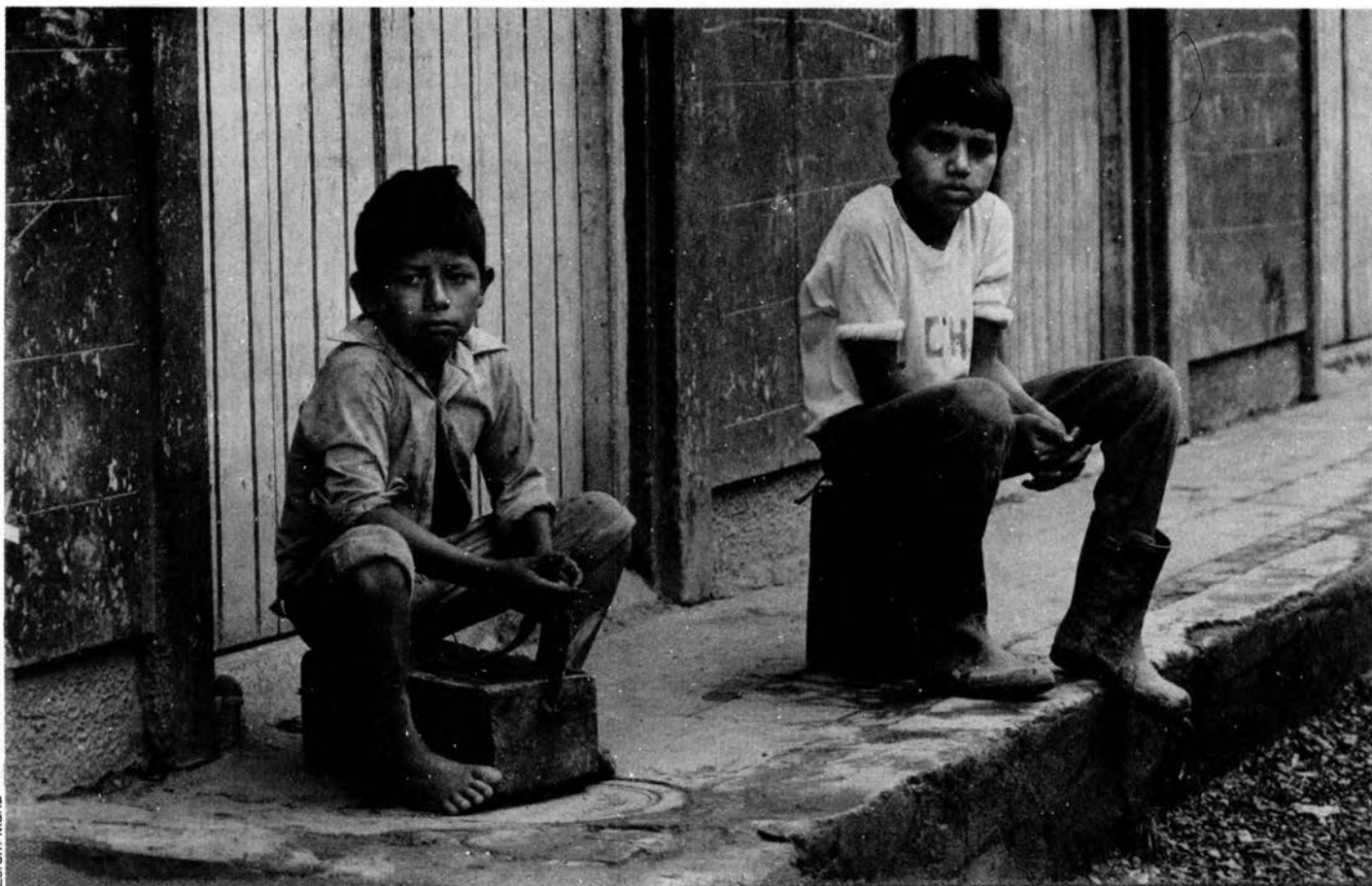
Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

AMÉRICA CENTRAL

Romper o cerco

Xabier Gorostiaga

Mais de 250 mil mortos, 2 milhões de refugiados e um retrocesso econômico de 25 anos fazem da América Central uma região tão destruída como a Europa após a 2ª Guerra Mundial. Mas o continente europeu do pós-guerra obteve o cancelamento de sua dívida externa. Serão os centro-americanos e sua miséria econômica menos dignos de uma saída semelhante?



Esrom Maria

Os casos da Nicarágua e da América Central apresentam algumas experiências importantes que revelam o caráter da dívida externa como instrumento do sistema dominante:

a) Impedir alternativas autônomas de desenvolvimento, nacionais e populares, que permitam a consolidação da democracia;

b) O crescimento econômico é um mito se não for acompanhado e dirigido por processos democráticos criadores de igualdade social, participação cívica e autodeterminação política;

c) Os países que pretenderem esta autonomia econômica serão isolados financeiramente, *satanizados* politicamente como comunistas, sofrerão intervenção militar ou serão submetidos a uma devastadora guerra de "baixa intensidade".

Como cristão, sacerdote e economista apresento este depoimento ante o Tribunal Permanente dos Povos.

Economia aberta

A Nicarágua aceitou a dívida somozista de quase 1,6 bilhão de dólares, com a condição de poder manter uma economia aberta com tratamento equitativo no mercado internacional.

A dívida comercial de 750 milhões de dólares era uma *dívida corrupta*, contraída em grande parte através do Ultramar Banking Corporation, estabelecido nas Ilhas Caymán, por um sócio do ditador Anastasio Somoza, o exilado cubano Rodriguez Feliú. Esse banco se dissolveu em 1977 em plena crise do somozismo.

Boa parte da dívida oficial desapareceu nos últimos meses. Inclusive o empréstimo de 51 milhões de dólares que o

FMI concedeu a Somoza como apoio nas quatro últimas semanas de ditadura (junho de 1979).

Em agosto de 1979, o governo sandinista não conseguiu encontrar mais que 3,5 milhões de dólares em todo o sistema financeiro da Nicarágua, o que só dava para pagar um dia de importações.

A Nicarágua aceitou e negociou essa *dívida suja* para poder continuar recebendo um fluxo normal de fundos do comércio bancário e multilateral, que permitisse reconstruir o país assolado pela guerra insurrecional contra Somoza.

A Nicarágua honrou seus compromissos, mas o comércio bancário fechou suas linhas de crédito ao governo sandinista, o Banco Mundial cancelou seu financiamento em princípios de 1982 na administração Reagan, o FMI nunca facilitou novo financiamento e o BID teve que suspender um empréstimo para crédito rural a camponeses privados quando o secretário de Estado George Schultz ameaçou o presidente do BID, Ortiz Mena, de suspender os fundos norte-americanos se fosse concedido esse empréstimo à Nicarágua (janeiro de 1985).

Posteriormente, o governo norte-americano instaurou o boicote econômico contra a Nicarágua (maio 1985), financiou e organizou a guerra de "baixa intensidade" contra a Nicarágua, o que custou 40 mil vítimas e 4 bilhões de dólares de destruição econômica.

A Corte Internacional de Justiça de Haia condenou os Estados Unidos por sua agressão e mandou compensar a Nicarágua economicamente. O governo norte-americano rejeitou o veredito do supremo órgão jurídico internacional e conti-

nua financiando a guerra e o boicote econômico contra a Nicarágua.

Esta experiência mostra que não importa a aceitação das regras do jogo financeiro, nem o recurso aos órgãos estabelecidos para resolver conflitos, como o Conselho de Segurança, a Assembléia das Nações Unidas, a Corte Internacional, o Gatt etc. que condenaram as ações dos EUA contra a Nicarágua. Não se aceita a tentativa de estabelecer uma alternativa econômica autônoma que responda à lógica das maiorias, às suas necessidades básicas de educação, saúde, participação democrática e autodeterminação nacional.

Esta é a realidade última por trás do mecanismo de controle, intervenção e opressão neocolonial do atual sistema da dívida externa.

Crise sem precedente

Estourou na América Central a maior crise política, econômica e geopolítica de sua história, depois de 28 anos de crescimento constante de 6%, média regional entre 1950 e 1978. Esta é uma das maiores taxas de crescimento regional da história econômica.

Não foi a pobreza, mas a injustiça, o que provocou a crise. A América Central, com o maior crescimento na região, com a pior distribuição da renda, 70% abaixo do nível de pobreza e 42% abaixo do nível de miséria e sobrevivência biológica em sua população.

O crescimento econômico da América Central foi controlado e usurpado por uma *Triplíce Aliança* das oligarquias, militares e a embaixada dos Estados Unidos, o conglomerado expoliador deste modelo de crescimento.

Não pode ocorrer desenvolvimento se o crescimento não fizer parte de um processo democrático, participativo, portanto equitativo e com autodeterminação política para que possa ser soberano.

Alternativas

Apresentarei algumas propostas concretas e construtivas para um programa de ação para criar a paz, democracia e desenvolvimento na América Central, utilizando a crise e a dívida como um catalisador de propostas alternativas. Mais que razões para uma denúncia e condenação do Banco Mundial e do FMI, oferecemos um desafio, uma oportunidade e um teste da vontade política desses órgãos:

1. Em 1988, a Assembléia das Nações Unidas, a Comunidade Econômica Europeia, os países nórdicos, os países dos grupos de Contadora e de Apoio analisaram propostas específicas para a recons-



A injustiça, e não a pobreza, provocou a maior crise da história centro-americana

trução econômica da América Central e a reativação da integração regional.

Por que o Banco Mundial e o FMI não se somaram concretamente a estas propostas multilaterais?

A política bilateral e "caso por caso" de tais órgãos é um sério obstáculo para as propostas regionais provenientes da comunidade internacional.

Uma proposta de apoio regional sério aos órgãos de integração centro-americana seria um símbolo de uma nova atitude.

2. A dívida centro-americana é triplíce.

a) A dívida inter-regional de 740 milhões de dólares entre os países centro-americanos. Esta dívida deve ser paga para reativar o Mercado Comum Centro-Americano, o principal multiplicador econômico a curto prazo na região.

O FMI e o Banco Mundial deveriam ajudar a financiar um Fundo de Reativação do Mercado Centro-Americano no valor aproximado de 200 milhões de dólares sob controle do Banco Centro-Americano de Integração Econômica.

b) A dívida externa é de uns 20 bilhões de dólares: 70% são dívida oficial (bilateral e multilateral). Esta dívida oficial depende da vontade política dos governos que aprovaram, em 1988, os planos econômicos de reconstrução da América Central, para consolidar as propostas de paz de Esquipulas.

Proponho que esta dívida oficial se converta num *Fundo de Reconstrução Centro-Americano* (FRCA), onde os governos paguem o serviço desta dívida me-

dante uma percentagem de suas exportações a ser definida pelos próprios países.

O FRCA seria controlado pelos órgãos de integração centro-americanos que dependem dos vice-presidentes e ministros de Integração da região, e por representantes da sociedade civil (igrejas, sindicatos, camponeses, mulheres, indígenas e universidades). Deste modo, não sairiam recursos financeiros de uma região destruída por quase dez anos de guerra e polarização política.

Este mecanismo criaria uma *poupança regional comum* exclusivamente destinada a planos de investimento regional, que ajudaria na criação de uma vontade política regional de superar a polarização e construir as bases materiais da paz.

c) A dívida comercial regional de 6 bilhões de dólares (30%) receberia um período de carência de dez anos sem acumulação de juros, até que a América Central voltasse a recuperar as taxas de crescimento anteriores à crise.

3. A América Central ocupa uma posição geoeconômica extraordinária entre o Pacífico e o Atlântico, ponte entre os dois pólos econômicos do mundo.

A comunidade internacional necessita que esta região tenha paz, estabilidade econômica e política, e autodeterminação geopolítica, superando a situação de dominação externa que a submetera à situação de "banana republics" e "backyard" dos Estados Unidos.

Um genuíno não-alinhamento entre o Leste e o Oeste, mas também entre o

Atlântico e o Pacífico é o tipo de ajuste estrutural multinacional que o FMI e o Banco Mundial deveriam impulsionar a fim de fomentar o desenvolvimento econômico global.

4. Um cenário pós-bélico para a Centro-América, semelhante ao que teve a Europa com o Plano Marshall ao terminar a 2ª Guerra Mundial.

Mais de 250 mil mortos, 2 milhões de refugiados e desalojados (10% da população) e um retrocesso econômico de 25 anos fazem da América Central uma região tão destruída como a Europa após a 2ª Guerra Mundial.

A Europa, com o Plano Marshall e os acordos de Londres em 1952, obteve o cancelamento de sua dívida externa. A Europa foi reconstruída não com as "leis do mercado" mas com a vontade política da humanidade de criar as condições para superar o fascismo, o genocídio e estabelecer a democracia e o desenvolvimento na Europa.

Serão os centro-americanos e sua miséria econômica menos dignos de um paradigma pós-bélico que os europeus?

Berlim é a cidade adequada para este tipo de proposta. É também um lugar apropriado para que o FMI e o Banco Mundial demonstrem a sua atitude de mudança e de enfrentamento aos novos desafios provenientes do Terceiro Mundo.

Xabier Gorostiaga é jesuíta, economista e presidente do Centro Regional de Informações Econômicas e Sociais (Cries), na Nicarágua.



A comunidade internacional necessita que a América Central tenha paz e estabilidade econômica

Meditações de Rubem Alves em promoção



Creio na ressurreição do corpo 74 páginas

Meditações que invocam a alegria
e a beleza para celebração da
esperança na ressurreição do corpo.

De Cz\$ 1.610,00
por apenas Cz\$ 1.127,00



Poesia, profecia, magia 80 páginas

A busca do lugar onde as palavras
são pronunciadas, palavras que
transfiguram o corpo, que dão
sentido à vida e provocam a alegria
em meio à noite...

De Cz\$ 1.564,00
por apenas Cz\$ 1.100,00



Pai Nosso 146 páginas

As petições da Oração Dominical
são relidas a partir de suas múltiplas
contextualizações.

De Cz\$ 1.500,00
por apenas Cz\$ 1.050,00

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 31/12/88



Aconteceu

Assinatura anual Cz\$ 850,00

- América Latina: US\$ 60
- América do Norte: US\$ 85
- Europa, África e Ásia: US\$ 100

Faça sua assinatura através
de cheque nominal para o **CEDI —**
Centro Ecumênico de Documentação
de Informação — Av. Higienópolis, 983 —
01238 — São Paulo — SP.

JUSTIÇA E JUSTIFICAÇÃO

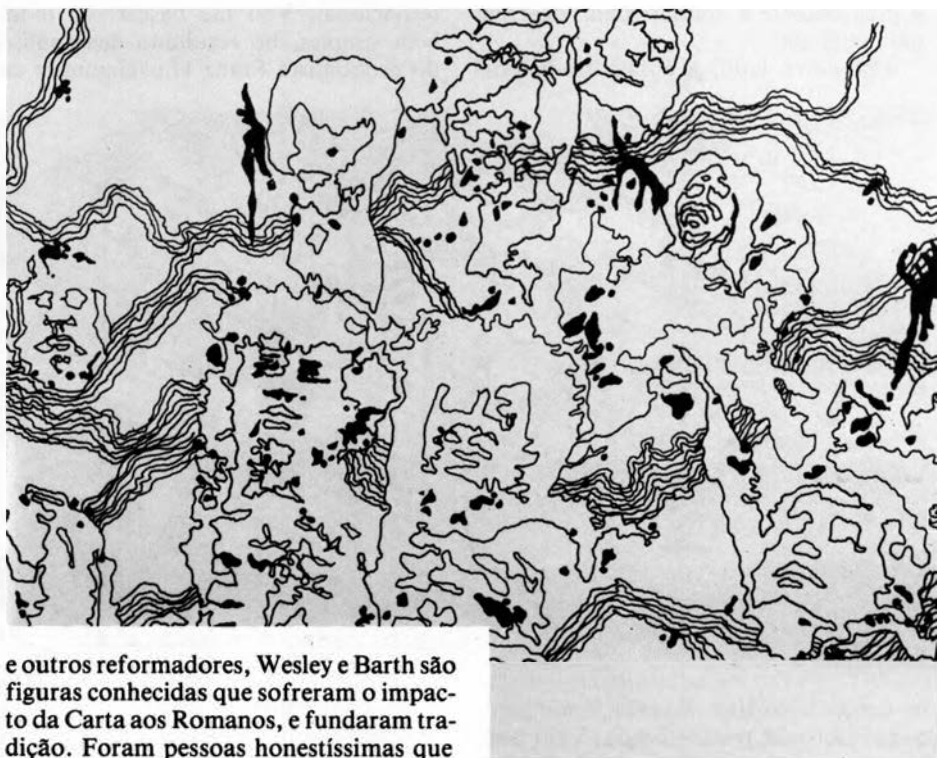
A DÍVIDA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA

Elsa Tamez

As palavras justiça, fazer justiça, justificar e justificação têm a mesma raiz latina e grega e seus sentidos, embora não totalmente idênticos, estão intimamente relacionados. Estranhamente, ao refletirmos sobre eles, lhes atribuímos um conteúdo cuja relação não se percebe ou é de difícil compreensão. Felizmente, nos últimos anos, as exegeses tendem a relacionar a justificação e a justiça. Neste sentido, Käsemann deu grande contribuição (ver "La justicia de Dios en Pablo" in *Ensayos exegéticos*, Salamanca, Sígueme, 1977, pp. 263-267, e também Peter Stuhlmacher, *Gerechtigkeit Gottes bei Paulus*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1965). Contudo, a tradição é tão forte que este avanço não conseguiu penetrar no comum dos cristãos. Isso é muito perigoso porque se presta a interpretar mal o sentido íntegro daquilo que Paulo tenta expressar a seus contemporâneos.

Parece-me que uma dificuldade teológica na compreensão destes conceitos surge devido ao fato de que a tradição protestante — nascida, desenvolvida e discutida na Europa ocidental, e assumida e ampliada pelos Estados Unidos — enfatiza exageradamente em sua teologia o perdão dos pecados e a justificação do ímpio pela fé. Esta abordagem européia, um tanto passiva, complica a compreensão dos conceitos em seu conjunto e gera, inevitavelmente, discussões que, ao meu ver, são despropositadas. Refiro-me, por exemplo, à desgastada e ineficaz polêmica sobre a relação fé e obras.

Os sentidos do texto saem à luz com diferentes ênfases, dependendo de quem lê e do lugar e da época em que se lê. Assim, me parece lógico que nas ricas sociedades ocidentais se enfatize constantemente o perdão dos pecados ou a justificação do pecador diante de Deus, e que a Epístola aos Romanos seja reiteradamente lida no lugar onde as potências fixam os marcos da história ocidental (que tendem a chamar de universal). Lutero



Vítimas do ímpio

e outros reformadores, Wesley e Barth são figuras conhecidas que sofreram o impacto da Carta aos Romanos, e fundaram tradição. Foram pessoas honestíssimas que conseguiram discernir a gravidade do pecado cometido por seus contemporâneos e a necessidade imperiosa, para o ser humano, do perdão e da reconciliação com Deus. Não poderia ser maior o grau de honestidade ao se reconhecerem cúmplices do pecado enquanto seres humanos.

Não é por acaso que Lutero lê a Palavra e denuncia os abusos da Igreja numa época de pilhagem e colonialismo (a conquista da América Latina), nem que Wesley sofre o impacto de Romanos numa época em que a revolução industrial desgraça os camponeses da Inglaterra, ou que Barth escreve seu comentário a Romanos precisamente no fim da 1ª Guerra Mundial, quando a Alemanha é a primeira potência econômica do continente europeu. O resultado do pecado estava bem perto: milhares de mortos inocentes.

Assim, pois, a tradição protestante nascida na Europa levanta a sua voz profética para dizer que o ser humano deixa de ser humano quando tenta converter-se no próprio Deus por seus atos (fato comum em situações em que se alcança um alto grau de poder econômico e político). Do mesmo modo, nos Estados Unidos esta mesma tradição se torna relevante no momento em que a hegemonia capitalista passa da Inglaterra para aquele país.

Entretanto, o que pode ser profético para uma época e situação concreta pode não sê-lo para outra. Não ajuda muito as maiorias pobres do Terceiro Mundo o fato de se reconhecerem pecadoras a todo momento e de recorrerem constantemente ao alívio de se sentirem perdoadas.

das; nem lhes é muito útil recordar com afã que o ser humano corre o risco de converter-se em Deus, quando essas maiores exploradas vivem em condições infra-humanas. Por isso, não é necessariamente a ênfase na justificação do ímpio diante de Deus o que os pobres — vítima do ímpio — desejam ansiosamente, mas, sim, a revelação da justiça de Deus que abrange todas as coisas, inclusive, curiosamente, o amor de Deus pelos produtores do pecado. Portanto, enquanto o fazedor de vítimas precisa recordar seu pecado, sua inferioridade diante de Deus e a alteridade de Deus diante dele, a vítima precisa recordar a graça toda-poderosa, sua dignidade como filho de Deus e a proximidade e solidariedade de Deus para com ele.

Por outro lado, a ênfase tradicional

num convite para transformar a realidade atual; para outros, desemboca, pelo menos, em uma crise existencial.

A dívida externa do Terceiro Mundo, especialmente da América Latina, é o elemento visível que nos permite verificar a irracionalidade do sistema econômico atual, ou, em termos teológicos: a lógica do pecado, expressada nos dois primeiros capítulos de Romanos.

Embora não me caiba analisar o fenômeno da dívida externa, quero chamar a atenção para o fato — já verificado por economistas do Terceiro Mundo — de que a dívida externa da América Latina mostra uma lógica não só injusta, como irracional, do sistema financeiro internacional. Vou me basear, de modo bem simples, no resultado das análises do economista Franz Hinkelammert em

das da periferia e do poder do império, cuja lógica parecia destrutível.

Paulo teve que sofrer o impacto da proliferação de pobres que deambulavam nas cidades num momento de auge econômico; da abundância de riqueza obtida por Roma através dos diversos tipos de impostos e taxas (em dinheiro ou em espécie) e do excedente do trabalho escravo agrícola e mineiro; da presença temerária de soldados romanos encarregados de manter a ordem, e da presença humilhante de administradores romanos em muitas das províncias, dirigindo o destino desses povos. Todos os economistas que analisam o Império Romano e mencionam o progresso econômico se vêm obrigados a incluir os contrastes gerados pela urbanização entre pobres e ricos.

O próprio Paulo foi também vítima



no tema da justificação pela fé me parece que deve ser reestruturada. Vejo uma contradição evangélica profunda entre a realidade atual e a ênfase na justificação pela fé — não pelas obras. O sistema econômico internacional, cujo controle está em mãos dos ricos centros norte-ocidentais, piora cada vez mais (e inevitavelmente) para os países pobres do Terceiro Mundo. Parece que não deu o resultado esperado a marcante e necessária mensagem contra os méritos pessoais para evitar o perigo de quererem ser deuses. Além disso, uma necessidade aberrante de sentir-se perdoado diante de Deus torna-se suspeita em nosso atual contexto. Em síntese: a afirmação de que Deus nos salva pela graça é verdadeira mas insuficiente para enfrentarmos a realidade atual em que vivemos.

Nosso tempo requer uma nova leitura da Carta aos Romanos: uma leitura militante que, para alguns, desemboca

seu livro *La deuda externa de América Latina* (San José, DEI, 1988, pp. 11-65).

A dívida, enquanto fictícia e impagável, desvela a verdade da injustiça e a necessidade de se instaurar outra ordem econômica. Este fato nos leva a ler a Carta aos Romanos de outra maneira, privilegiando a perspectiva dos pobres.

Releitura da justiça de Deus em Romanos

São Paulo escreve sobre o tema da justiça de Deus e da justificação, não impellido simplesmente por idéias teológicas em conflito (judeus e gregos), mas sobretudo motivado por um contexto de opressão e exploração extrema. Ele teve que ser testemunha das consequências da invasão do Império Romano nas provín-

da política econômica e social do império. Sob essa lógica desigual, coube a ele ser um desses artesãos independentes que nunca vão bem nos negócios, mesmo que trabalhem noite e dia, porque não pertencem à *familiae Caesaris* ou a outra família poderosa, dona das grandes oficinas. As investigações atuais põem em questão o fato de Paulo ter tido cidadania romana, pois só a tinha a seleta aristocracia da província (W. Stegemann, "War der Apostel Paulus ein römischer Bürger?" in *Zeitschr. f. d. Neuest. Wiss.* 78 Band, 1987). De acordo com suas próprias cartas, foi açoitado, encarcerado várias vezes, perseguido. Isto por falar de outro Senhor que não César e, o que era pior aos olhos do império, por tratar-se de um galileu que os próprios romanos haviam crucificado. Isso equiva-

lia a venerar um opositor à ordem romana. Segundo a tradição, Paulo foi sentenciado à morte por ordem do imperador Nero.

Tudo isso deve ter gerado em Paulo a visão da revelação de Deus naquele *kairos*. Era o momento propício da revelação. Tratava-se da revelação da ira e da compaixão de Deus, em outras palavras, da sua justiça. É no evangelho — que para Paulo é uma força que liberta todo aquele que crê — que se revela a justiça de Deus (1,16), isto é, o juízo e o amor.

Inversão de valores

A ordem presente de Paulo provoca a revelação da ira de Deus. Diz Paulo: "A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça" (Rm

1,21.23.25). Por isso se desencadeou um sistema cuja lógica se tornou inumana, pois repleta de injustiça, e que resultou na morte de milhares de vítimas inocentes. Para Paulo, são indesculpáveis aqueles que praticam tais coisas pois, embora sabendo que o veredito é a morte, não só as praticam como também aprovam os que assim procedem (1,32).

Para Paulo, tampouco tinham desculpa os que acreditavam deter a verdade ao cumprir a lei boa, justa e santa. Era tamanho o poder do pecado que precisamente se serviu dela não apenas para incitar à cobiça, mas também para aprisionar mais a verdade na injustiça, pois o



1,18). Pois a verdade da civilização e o progresso da dinastia de Augusto nada mais eram senão o produto do interesse imperialista e da superexploração; a verdade da *pax romana* era apenas a sufocação de qualquer tentativa de libertação; a verdade da dignidade não passava de discriminação aberrante entre o que mais tarde se legislou como *dignitas* e *humilioris* (cfme. Alföldy, *Römische Sozialgeschichte*, Franz Steiner Verlag, GMBH, Weisbaden, 1975, p. 94). Em outras palavras, a verdade passou a ser mentira, e a mentira verdade.

Aos olhos de Paulo, os homens do seu tempo inverteram os valores. A isso se refere quando expressa: "... não o glorificaram como Deus, (...) antes se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, (...) mudaram a glória do Deus incorrup-

resultado das ações, cumprindo ou não cumprindo a lei, era o mesmo: roubos e assassinatos; mortes de inocentes (cfme. 2,1-24; 7,7-13).

Nova era

Neste beco sem saída para os pobres, vítimas do sistema imperial romano, é que Paulo consegue discernir os sinais dos tempos. A realidade é que não havia saída. Para Paulo, não havia ninguém capaz de combater este pecado fazendo justiça; nem um sequer (3,10-18). Era impossível distinguir onde estava a verdade, pois a inversão de valores a tinha aprisionado na injustiça. A única possibilidade vislumbrada por Paulo é a intervenção histórica da justiça de Deus, testemunhada pela lei e pelos profetas (3,21). Trata-se de uma justiça que surge da misericórdia de Deus pelos pobres, principais vítimas do pecado, manifestação

concreta da gravidade de tal pecado. Trata-se de uma justiça que tem por finalidade romper com a lógica e o senhorio do pecado, inaugurando uma nova era iniciada com o senhorio de Jesus Cristo, o irmão primogênito de uma nova irmandade (cfme. Ernest Käsemann, *Commentary on Romans*, Michigan, Wm. B. Eerdmans, 1980).

Para Paulo, repetimos, ninguém tinha suficiente poder para fazer justiça a estes pobres, ninguém, sem exceção, judeus com lei santa e pagãos, todo o mundo devia calar-se igualmente diante destes fatos e submeter-se ao juízo de Deus (3,19). As obras da lei não tornavam justo o judeu, pelo contrário, o que a lei fazia era passar por justo, diante dos outros, o responsável pelas injustiças cometidas.

Era pois necessário invocar outro ti-

unicamente pela fé n'Aquele que tem o poder de ressuscitar os mortos.

Pelo fato de ser um dom outorgado simplesmente pela graça e recebido pela fé, entrava numa esfera de libertação e de maturidade plena que excluía o interesse pessoal e os condicionamentos escravizantes da sociedade. Juan Luis Segundo vê nesta maturidade humana "essa liberdade na fé que lança o homem numa atividade criadora — sem cálculos nem entraves — no amor a seus irmãos" (*El hombre de hoy ante Jesús de Nazareth — Sinópticos y Pablo*, Madrid, Cristiandad, 1982, II/1, p. 445s).

Paulo percebeu este dom na ação redentora do próprio Filho de Deus, Jesus Cristo (3,24). Deus, por amor aos pobres, solidarizou-se com eles por meio de seu Filho que resgatou as vítimas tor-

la a dimensão profunda do pecado pelas mortes que produz.

• Por mais que se tenha bom coração e boas intenções, por maior que seja o número de cristãos que se convoque ou que dêem adesão à Igreja, a lógica do pecado continuará seu caminho que leva à morte de milhares de inocentes, cujo sangue clama a justiça de Deus: juízo e misericórdia. Nas palavras de Hinkelammert, "se existe uma dívida impagável, não é por motivo do comportamento irresponsável de alguns nem por má intenção da parte dos países do centro; o próprio sistema das relações internacionais é que a produziu".

• O tempo propício do agora clama a justiça de Deus. Esta justiça é estranha pois, em lugar de ser misericórdia para os pobres e veredito de morte para os opressores, Deus propõe, a partir do evento da cruz e da ressurreição de Jesus, que transformemos esta realidade de pecado. Por amor dos pobres enquanto pobres, Deus justifica os fazedores de pobres para que todos os seres humanos, sem exceção, participem da transformação da sociedade. Torna-se imprescindível extrair da corrupção esta criação inteira que sofre e que espera a revelação dos filhos de Deus (8,19).

• Portanto, na revelação da justiça de Deus encontramos um único ato: Deus, em Jesus Cristo, propõe que aceitemos pela fé o dom de sermos transformados em sujeitos que fazem justiça. Isto implica, como consequência lógica, que já não contem os pecados cometidos no passado e que provocaram a revelação da ira de Deus. A ênfase, hoje, deve ser posta na aceitação do dom e não do pecado. Esta é a boa nova para todos os seres humanos porquanto, se acolhermos este dom da justiça com a força da fé, não haverá mais condenação, não apenas da parte de Deus (Rm 8,1), como de nenhum sistema econômico (8,34-39). Deus justificou em Cristo Jesus.

Breve, a única saída eficaz para pôr fim aos sacrifícios de inocentes ocasionados atualmente será a transformação da atual ordem econômica em uma nova, cujo princípio seja o direito à vida de todos os seres humanos, sem exceção. Esta é a proposta que Deus nos faz se acolhermos o dom de sua justiça. A força da fé em que em Jesus Cristo somos herdeiros e co-herdeiros de uma nova vida nos anima a crer que este mundo pode ser transformado.

Elsa Tamez, biblista, reside na Costa Rica. Autora de *A Bíblia dos oprimidos* (Paulinas) e *A Carta de Tiago numa releitura latino-americana* (Imprensa Metodista).



po de justiça, uma justiça que revolucionasse essa ordem na qual reinava o pecado, a morte e a mentira, e estabelecesse outro onde reinasse a justiça, a vida e a verdade. Para isso eram necessários um homem e uma mulher novos, cujos atos justos não fossem exigidos pela lei, mas que brotassem gratuita, espontânea e incondicionalmente do coração, motivados pelo simples amor ao outro: Deus e o próximo.

Dom de Deus

Esta maneira de ser justo ou de fazer justiça não se podia, segundo Paulo, alcançar pelos méritos pessoais. Se assim fosse, deixaria então de ser espontânea e incondicional. Somente pela graça de Deus se poderia obter esta maneira de ser justo, era um dom de Deus, aceito

nando-se vítima, até assumir o martírio heróico da cruz. A garantia da eficácia deste dom estava em crer que Deus levantou Jesus dos mortos. Ao receber este dom pela fé, as tendências e ações dos seres humanos eram motivadas e guiadas pelo Espírito de Cristo que, junto com o espírito do ser humano, chamava e reconhecia Deus como Pai (8,15-16). Os seres humanos, enquanto filhos de um só Pai, projetavam-se para uma nova irmandade.

Até aqui, esta breve leitura paulina.

Conclusão

Não podemos repetir o que disse Paulo no primeiro século. Nossa realidade é outra. Contudo, quatro elementos da leitura nos podem ser úteis para a obediência da nossa fé, hoje.

• A atual ordem econômica internacional desenvolve uma lógica injusta irreversível. Nós, os cristãos, podemos ver ne-

Campanha Xingu

AS HIDRELÉTRICAS DO XINGU E OS POVOS INDÍGENAS

Leinad Ayer O. Santos e Lúcia M. M. de Andrade (orgs.) Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988, 196 páginas

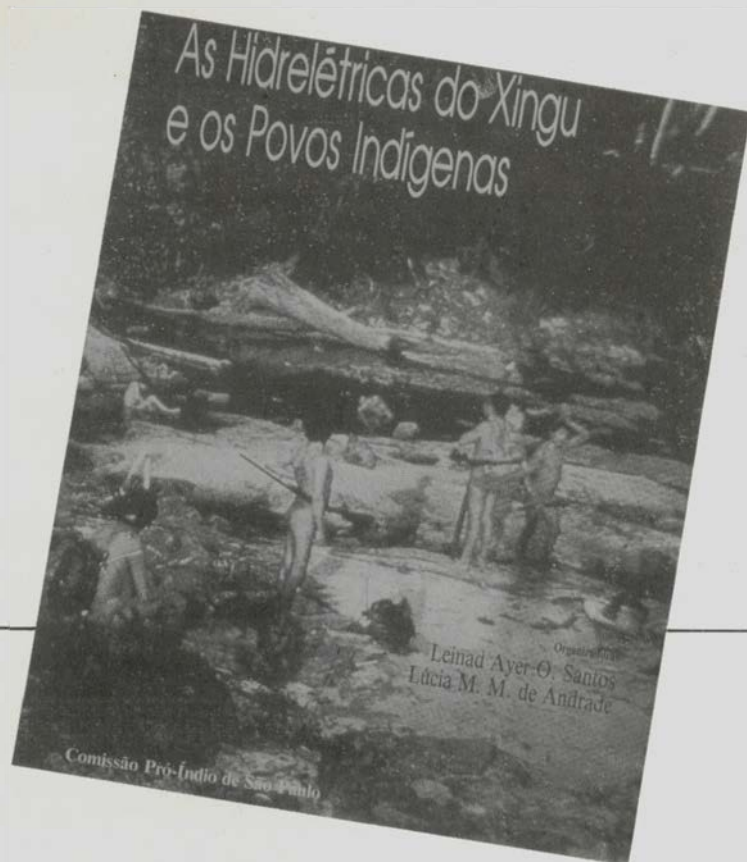
A concretização de megaprojetos, voltados para a construção de gigantescas hidrelétricas, principalmente com aproveitamento dos recursos da Bacia Amazônica — será essa a única saída que tem o Brasil para atender à demanda de energia elétrica? Quais os custos sociais, políticos, econômicos e ecológicos deste modelo de desenvolvimento? Essas são as perguntas básicas do livro *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*, editado pela Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A publicação reúne artigos de pesquisadores de diversas áreas (antropologia, física, engenharia, ecologia e direito), discutindo a questão das hidrelétricas do Xingu em seus vários aspectos. Assim, ao lado das consequências para os povos indígenas, o livro aponta os graves problemas sociais, políticos, econômicos e ecológicos envolvidos neste projeto.

Com este livro, a Comissão dá início à *Campanha Xingu*, que tem como objetivo conseguir a rediscussão de todo o projeto proposto para a bacia do rio Xingu, antes do início de qualquer uma das seis hidrelétricas planejadas. Esta campanha integra um movimento maior de questionamento da atual política energética do governo brasileiro. A busca de novas formas para geração de energia depende de uma vontade política e não apenas da tecnologia existente. A tecnologia de que dispomos hoje no Brasil atende aos interesses de determinados seto-

res da sociedade e está voltada para a viabilização dos megaprojetos. Se queremos construir novos modelos, é preciso encontrar novas soluções. Esta busca depende de uma decisão política que só será obtida com a pressão da sociedade civil e sua efetiva participação nos processos decisórios.

A Comissão Pró-Índio, através da Campanha Xingu, portanto, integra-se num movimento maior da sociedade brasileira que luta pela construção de um Estado democrático participativo, onde os direitos de minoria étnica dos povos indígenas possam ser respeitados.



Lançamentos

HABITAÇÃO — UMA ABORDAGEM POPULACIONAL PARA UM PROBLEMA ESTRUTURAL

Neide Aparecida de Souza Leheld, Vozes, Petrópolis, 1988, 128 pp., 14x20,5cm.

A casa própria é uma aspiração do trabalhador brasileiro, mas as estratégias governamentais mostram-se insuficientes para resolver o problema habitacional. Assim, os movimentos que lutam por moradia ampliam seu espaço de legitimidade.

OS POBRES DA TERRA — DESAFIOS À PASTORAL

Roy H. May, Paulinas, São Paulo, 1988, 144 pp. 13x20cm.

O problema da terra na América Latina é tratado numa perspectiva social, econômica, política e religiosa, despertando a consciência das Igrejas no caminho de novas pistas de ação pastoral.

O NOVO CANTO DA TERRA

Jaci Maraschin (ed.), Iket, São Paulo, 1988, 624 pp. 16x23cm.

A tarefa de renovação da prática pastoral das Igrejas coloca outros desafios para os cristãos. Um deles é a renovação da liturgia e, conseqüentemente, do canto litúrgico. No Brasil, a produção de material nesse sentido tem sido abundante, variada e de níveis também diversos. Nesta coletânea são publicados duzentos cânticos da nova safra, boa parte deles produzidos nos meios protestantes.

